



ESCUTA DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

2021

ISBN 978-65-89596-09-7

ESCUA DOS
PROFISSIONAIS
DE SEGURANÇA
PÚBLICA
NO BRASIL

2021

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETOR PRESIDENTE

Renato Sérgio de Lima

DIRETORA EXECUTIVA

Samira Bueno

COORDENAÇÃO DE PROJETOS

David Marques

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

Juliana Martins

EQUIPE TÉCNICA

Betina Warmling Barros
Dennis Pacheco
Isabela Sobral
Amanda Lagreca Cardoso
Beatriz Teixeira (estagiária)

PESQUISADORA ASSOCIADA

Sofia Reinach

EQUIPE ADMINISTRATIVA

Débora Lopes
Elaine Rosa
Sueli Bueno
Antônia de Araujo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cristiane do Socorro Loureiro Lima – *Presidente*

CONSELHEIROS

Elizabeth Leeds – *Presidente de Honra*
Arthur Trindade Maranhão Costa
Ascânio Rodrigues Correia Junior
Cássio Thyone A. de Rosa
Daniel Ricardo de Castro Cerqueira
Elisandro Lotin de Souza
Isabel Figueiredo
Jésus Trindade Barreto Jr.
Marlene Inês Spaniol
Paula Ferreira Poncioni
Thandara Santos

CONSELHO FISCAL

Camila Caldeira Nunes Dias
Edson Marcos Leal Soares Ramos
Patricia Nogueira Proglhof



**FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

**ESCUITA DOS
PROFISSIONAIS
DE SEGURANÇA
PÚBLICA
NO BRASIL**

2021

EQUIPE DE PESQUISA

COORDENAÇÃO

Renato Sérgio de Lima

CONSULTORIA

Roberta Astolfi

EQUIPE

Amanda Lagreca

Betina Barros

David Marques

Dennis Pacheco

Isabel Figueiredo

Isabela Sobral

Samira Bueno

SUMÁRIO

Apresentação	6
Modelo de polícias e carreiras	11
Desmilitarização, hierarquia e disciplina	15
Sistema de Justiça	21
Vitimização e violação de direitos	24
Fatores que atrapalham o trabalho policial	27
Procedimentos de apoio ao profissional envolvido em morte decorrente de ação policial	32
Teoria de mudança nas instituições e carreiras de segurança pública	34
Militarização da Segurança Pública	35
Permanência e reforma nas carreiras e instituições de segurança pública	42
Anexo I: tabelas detalhadas por corporação	46
Anexo 2: Tabelas com opinião dos profissionais de segurança pública sobre política de controle de armas de fogo e medidas contra Covid-19, originalmente publicadas no 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)	63

APRESENTAÇÃO

O que pensam os profissionais de segurança pública sobre suas carreiras, o modelo de organização brasileiro das polícias e o sistema de justiça criminal? Em que medida vêm sendo vitimados e têm seus direitos violados? Essas e outras questões nortearam o mais recente processo de escuta destes profissionais empreendido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP.

Esta pauta – escutar e compreender, de forma qualificada, os profissionais de segurança – é preocupação permanente do FBSP que, em 2014, produziu a pesquisa “Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública”¹; em 2015, o estudo “As mulheres nas instituições policiais”², que abordou questões de discriminação e violência de gênero e carreira; e, também em 2015, realizou a “Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre os profissionais do sistema de segurança pública”³.

Em 2021, considerando todas as peculiaridades dos tempos atuais, que vão desde a pandemia, até as imbricações entre os profissionais de segurança e as pautas políticas do país, inclusive com sua crescente participação nas disputas eleitorais, o FBSP voltou a colher as opiniões sobre temas de interesse contínuo - como condições de trabalho, carreira e vida, opiniões sobre o papel e a atuação das corporações e temas gerais sobre segurança pública -, e incluiu a questão da Covid-19, buscando lançar luz aos principais desafios desse segmento profissional diante de um fenômeno tão importante.

Para tanto, foram ouvidos, por meio de um questionário eletrônico, 9.067 profissionais de segurança de todas as Unidades Federativas e corporações policiais brasileiras entre abril e maio de 2021. O questionário aplicado contou com 71 perguntas, divididas em quatro seções: 1) Perfil pessoal e profissional; 2) Reforma e modernização das polícias, vitimização policial e discriminação; 3) Impactos da Covid-19 na atividade policial; 4) Saúde mental.

Importante destacar que, em razão das características do universo de pesquisa, foi obtida uma amostra não probabilística de respostas, ou seja, a amostra não foi aleatória, uma vez que os questionários foram respondidos por profissionais que receberam convites, a partir de bases de

1 Disponível em:

https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Opiniao_policiais_brasileiros_reformas%20seguranca_publica_2014.pdf

2 Disponível em:

https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Mulheres_instituicoes_policiais_2015.pdf

3 Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Vitimizacao-e-risco-2015-com-regionais.pdf>

e-mails do Fórum, ou seja, que já tinham tido algum tipo de interação com a entidade. Os resultados precisam ser olhados, portanto, como um retrato que não pode ser generalizado, a priori, para todos os profissionais da área e que precisam ser analisados à luz dessa limitação inicial. Afinal, é razoável supor que há um perfil específico de pessoas com uma tendência maior a responder a pesquisa - profissionais de uma determinada corporação, pessoas com opiniões mais fortes em relação aos temas tratados, pessoas que tenham maior afinidade, ou até mesmo que rejeitem, a atuação do FBSP - e que essa tendência diferencial de responder fará com que essas pessoas estejam sub ou sobrerrepresentadas na amostra. É o que se chama de viés de seleção de um estudo, o que costuma ser mitigado partir da ponderação da base de dados, feita a partir do que se conhece sobre a população do estudo, segundo representatividade por região e por corporação.

O protocolo padrão para checar a validade dos dados - a comparação dos resultados obtidos com e sem ponderação - foi aplicado e todas as perguntas mantiveram resultados semelhantes pré e pós ponderação. Para que fosse possível fazer comparações com a coleta realizada em 2014, os dados ora divulgados não foram ponderados nessa publicação como foi feito no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, em que foram apresentados os resultados sobre dois blocos de questões: o primeiro atinente à opinião dos profissionais de segurança pública sobre o acesso às armas de fogo e o segundo sobre diversos aspectos relativos à Covid-19. Todos os demais dados coletados serão apresentados a seguir.

Comparando os dados do conjunto de questões idênticas aplicado nas pesquisas de 2021 e 2014, é possível identificar permanências e variações cuja compreensão é bastante importante para a definição de estratégias que possam não apenas atualizar e inovar o desenho do modelo brasileiro de segurança pública, mas, também, auxiliar a pensar qual o lugar do profissional de segurança pública na sociedade. E não só, ajudar a pensar sobre como proteger e promover seus direitos e, simultaneamente, como ampliar sua compreensão e adesão aos princípios democráticos e ao Estado de Direito. Outra diferença em relação aos dados publicados no Anuário é que aqui só foram utilizadas as respostas de seis corporações: PM, BPM, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Científica/Perícia - essa restrição também foi em função da comparabilidade com a pesquisa de 2014, em que apenas essas participaram.

Em termos analíticos, chama atenção que houve uma mudança muito pronunciada na opinião de policiais federais em relação a temas relacionados a reorganização das carreiras. Parte dessa mudança pode ser explicada pela composição da amostra⁴, mas também é possível que esses profissionais estejam manifestando um temor a ameaças à independência e ao

4 Em 2014, delegados eram 8,5% da amostra dos policiais federais e em 2021 compuseram 32%. Como a PF não é uma corporação tão numerosa em comparação sobretudo com PM e PC, esse fator tende a afetar pouco a análise das respostas tomadas em conjunto (todos os profissionais de Segurança Pública), mas as análises desagregadas para a PF devem ser vistas com cuidado e cotejadas com outras fontes de informação conhecidas. Nas outras corporações não se observaram mudanças importantes na composição das carreiras na amostra.

prestígio da corporação, como reação as diferentes polêmicas envolvendo a corporação e o poder executivo federal nos últimos anos, bem como os desdobramentos da operação Lava Jato e as disputas entre Polícia Federal e outros órgãos, sobretudo o Ministério Público Federal, ocorridas a partir desse período. Assim, é muito importante aprofundar esse tema com dados adicionais.

De modo geral, os profissionais de segurança pública no Brasil estão insatisfeitos com o modelo de polícia que temos e com a modelagem de suas carreiras e dão boas pistas sobre mudanças organizacionais que poderiam ser feitas. A visão geral que eles têm do Sistema de Justiça não é boa e, tanto o Ministério Público quanto o Judiciário, são compreendidos como instituições que não colaboram, desconhecem as dificuldades, dificultam e até mesmo se opõem ao trabalho policial. Há, inclusive, um enfraquecimento da percepção de legitimidade do MP pelas polícias, mas especialmente pela PF. Este cenário captado pela pesquisa de certa forma corresponde a uma frase bastante comum no jargão no meio policial: “a polícia prende, o judiciário solta”, entre outras reclamações comuns por parte dos policiais em seu relacionamento com o sistema de justiça, como a incompreensão ou crítica das audiências de custódia ou a crítica dos tempos do judiciário na deliberação sobre pedidos em investigações criminais. O Sistema de Justiça Criminal brasileiro, em especial o Poder Judiciário, se beneficiaria criando pontes e mecanismos de esclarecimentos e diálogos com as polícias para além dos aspectos processuais. A pesquisa captou a importância do diálogo como estratégia para uma melhor cooperação interinstitucional.

Em termos políticos, apesar do acirramento geral dos discursos e de uma aparente adesão a ideias antidemocráticas, tal como evidenciado pela pesquisa de radicalização política de policiais nas redes sociais⁵, os profissionais da segurança pública estão divididos quanto aos aspectos/valores da militarização da segurança pública que perpassam o sistema de segurança e a existência de mecanismos de controle de sua atividade.

Chama a atenção, nesse contexto, a ampla maioria de profissionais que concordam com a necessidade de que as Polícias Militares tenham seu foco de trabalho reorientado para a proteção dos direitos de cidadania e que entendem que a ênfase desproporcional nas políticas de repressão às drogas e na priorização de prisões atrapalha o trabalho policial. Por esses dados, o debate sobre modernização e reforma do Decreto-Lei 667/69 e de suas regulamentações posteriores ganha força e urgência, incluindo as propostas de Leis Orgânicas das Polícias e Bombeiros Militares e das Polícias Civis do país.

⁵ O estudo especial, *Política entre os policiais militares, civis e federais do Brasil*, pode ser acessado através do link: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/politica-entre-os-policiais-militares-civis-e-federais-do-brasil/.

Pela pesquisa, os modelos escolhidos com mais frequência como os mais adequados são aqueles que, como em 2014, defendem a organização das instituições nos moldes de uma polícia unificada, de ciclo completo, de caráter civil e com carreira única. Contudo, em 2014, o conjunto dos modelos nesse formato representava 56,9%, o que caiu para 46,8% em 2021. Em contrapartida, em 2021, houve uma migração de parte dos apoiadores desse formato para as opções em torno de uma polícia unificada, de ciclo completo e militar, que passaram de 9,0% para 14,4%. A ideia de polícia militarizada ganhou força entre 2014 e 2021.

E, até como efeito desse movimento, a concordância com temas sobre a desmilitarização das polícias militares no país caiu entre 2014 e 2021. Exemplo disso, é que cresceu o percentual que concorda com o julgamento pela justiça militar aos policiais militares (eram 32,6% em 2014 e passaram para 45,8% em 2021) e o percentual que deseja que as polícias militares e corpo de bombeiros se mantenham como forças auxiliares do Exército, com o fim do controle e da Inspeção das PMs (de 20,8% para 35,1%). O controle, coordenação e organização das PMs e CBMs pelo Exército era apoiado por apenas 19,4% em 2014. Mas passa para 42,3% em 2021. Por fim, a extinção do Inquérito Policial Militar também perdeu força. Era a vontade de 58,3% em 2014, caindo para 42,8% em 2021.

Outro ponto a ser olhado com cuidado diz respeito à vitimização e violação dos direitos dos profissionais de segurança pública. Voltando ao questionamento sobre qual o lugar desse profissional na sociedade, há que se frisar o alto índice de respondentes que relataram terem sido discriminados por conta de sua profissão. No mesmo sentido, e ainda sob o prisma da vitimização, é importante ter sensibilidade às respostas relacionadas a violências e violações de direitos sofridas tanto fora quanto dentro das corporações policiais, como o desrespeito a direito trabalhistas, a humilhação/desrespeito praticado por superior hierárquico e as ameaças que sofrem no exercício cotidiano de suas atividades.

TEMAS QUE ESTRUTURAM O PENSAMENTO DOS PROFISSIONAIS A PARTIR DE FERRAMENTAS DE ANÁLISE PSICOMÉTRICA

Em termos metodológicos, pelo exposto até aqui, fica evidenciado que uma das características da pesquisa “Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil 2021” foi abordar, no mesmo instrumento de pesquisa, diversos temas pertinentes à segurança pública, assim como explorar um mesmo tema a partir de múltiplas perguntas e subtemas. A partir desse cenário, na seção final desta publicação, buscamos uma aproximação com as opiniões dos profissionais de segurança pública sobre mudanças e suas carreiras e instituições utilizando ferramentas de

análise psicométrica. Podemos explorar, assim, se há preferências organizacionais, políticas, ideológicas ou corporativas latentes que influenciam como as pessoas respondem a cada pergunta. Mais do que respostas, nossas análises ajudaram a formular perguntas.

Se, por um lado, encontramos um conceito/variável latente de “militarização da segurança pública”⁶ a respeito do qual os respondentes se posicionam de forma consistente (contra ou a favor), não obtivemos o mesmo resultado em relação à necessidade de mudança na área de segurança pública. Uma hipótese a ser explorada é que há um desequilíbrio no debate da segurança pública que favorece questões ideológicas em detrimento das questões estruturais. Pesquisas futuras podem ser desenhadas para testar explicitamente essa hipótese e incluir o eixo das pautas corporativas para entender como ela afeta os outros dois eixos.

EM 2021, A ESCUTA IDENTIFICOU A MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA COMO PRINCIPAL VARIÁVEL DO DEBATE DA ÁREA.

Já no tema da reforma da segurança pública, é perceptível que há entre os profissionais desejo de mudança, mas as respostas do conjunto dos participantes não caminham no mesmo sentido neste bloco de questões. Em outras palavras: não encontramos um ideia referente a reforma da segurança pública em torno da qual os respondentes se posicionem, nem contra, nem a favor. Vários fatores podem explicar esse resultado. Contudo, a hipótese aqui levantada é a de que não existe uma proposta amplamente conhecida, debatida e validada de segurança pública a respeito da qual haja posicionamento por parte da maioria dos profissionais do campo. Isto é, não há uma teoria de mudança que encontre eco ou promova consensos entre os diferentes segmentos que compõem o campo da segurança pública.

EM CONTRAPOSIÇÃO, NÃO HÁ UMA TEORIA DE MUDANÇA E REFORMAS QUE ENCONTRE ECO E PROMOVA CONSENSOS, O QUE IMPEDE A MODERNIZAÇÃO DA ÁREA.

Outras análises poderão lançar luz aos aspectos aqui discutidos ou outros ainda não abordados. De toda forma, fica evidenciada a importância da escuta dos profissionais da área, sem o envolvimento dos quais, nenhuma mudança significativa no campo será possível. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mais uma vez, exerce seu papel de dar visibilidade às diferentes vozes do campo e de seus profissionais, apontando desafios e caminhos nesta árdua tarefa de promover mais segurança em nosso país. Espera-se que análises dos dados apresentados a seguir contribuam com a construção de consensos que possam fazer avançar agendas de reformas modernizantes nas instituições e no sistema de segurança do país.



⁶ Neste estudo, ‘Militarização da segurança pública’ é um constructo empírico que reúne um conjunto de referências dos entrevistados que valorizam respostas militarizadas de garantia de segurança e manutenção da ordem pública, o que envolve opiniões acerca da adoção de carreiras, patentes, organização e funcionamento modelados no Exército, entre outros aspectos.

MODELO DE POLÍCIAS E CARREIRAS

Inicialmente os profissionais de segurança foram questionados acerca de temas relativos ao modelo mais adequado às corporações policiais e à organização das carreiras. O primeiro tema foi abordado a partir de uma pergunta fechada que admitia apenas uma resposta, enquanto o segundo em uma questão organizada em escala, na qual era possível apontar o grau de concordância ou discordância com uma série de afirmações.

Conforme se verifica na Tabela 1, não foi possível identificar uma mudança importante nos modelos de corporações policiais mais apoiados pelos profissionais de segurança pública entre 2014 e 2021. Nas duas pesquisas, os modelos escolhidos com maior frequência foram aqueles que propõem uma polícia unificada, de ciclo completo, civil e com carreira única, seja ela uma nova polícia ou fruto da unificação das polícias civis e militares estaduais. Mesmo assim houve queda no apoio desse tipo de modelo, tendo as opiniões aparentemente migrado para as opções de uma polícia unificada e de ciclo completo militarizada (Unificação das Polícias Militares com as Polícias Civis, formando novas polícias estaduais integradas (de ciclo completo) e militares) e para a opção “Não tenho opinião formada sobre o assunto”.

Quando se avaliam as respostas desagregadas por corporação (ver tabela 16), a soma das opções que propõem unificação sob uma organização civil aparece com maior frequência para todas as corporações, apoiada por 59,3% dos policiais civis e por 27,2% dos profissionais do Corpo de Bombeiros, sendo que entre os membros dessa corporação, 26% manifestaram não ter opinião formada sobre o assunto. No caso do total das corporações, 56,9% dos profissionais mapeados propunham a unificação das polícias sob uma organização civil em 2014; em 2021, esse percentual é de 46,8%, tal como evidenciado na Tabela 1, abaixo.

O que mais chama a atenção é a mudança de opinião entre policiais federais - em 2014 apenas 10,7% apoiavam a manutenção do atual modelo e em 2021 esse percentual chegou a 39,7% (em comparação com o total das forças policiais, o percentual se alterou de 14,2% dos que apoiavam a manutenção do atual modelo em 2014 para 16,0% em 2021).

TABELA 1**Modelo mais adequado às corporações policiais**

Em sua opinião, qual seria o modelo mais adequado para a realidade brasileira atual?	2014	2021
Total	100,0%	100,0%
Criação de uma nova polícia, de ciclo completo, de caráter civil, com hierarquia e organizada em carreira única.	27,1%	22,0%
Criação de uma nova polícia, de ciclo completo, de caráter civil, com hierarquia e organizada em diferentes carreiras.	7,9%	6,2%
Unificação das Polícias Militares com as Polícias Cíveis, formando novas polícias estaduais integradas (de ciclo completo) e civis.	21,9%	18,6%
Unificação das Polícias Militares com as Polícias Cíveis, formando novas polícias estaduais integradas (de ciclo completo) e militares.	9,0%	14,4%
Implantação de polícias com ciclo completo de policiamento, atuando, cada uma delas, em uma circunscrição geográfica.	3,6%	4,3%
Implantação de polícias com ciclo completo de policiamento, atuando, cada uma delas, de acordo com os tipos de crimes.	6,5%	7,3%
Manutenção do atual modelo de polícias estaduais, sem alterações quanto à divisão de atribuições entre polícia.	14,2%	16,0%
Não tenho opinião formada sobre o assunto.	5,0%	11,2%
Outro	5,0%	NA

Fonte: Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014 (N=21.101). Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.803).

Foi perguntado aos profissionais de segurança pública sua opinião sobre diversos temas atinentes às suas carreiras. Conforme se verifica na Tabela 2, sobre a afirmação “As atuais carreiras policiais são adequadas e deveriam ser mantidas”, a resposta mais prevalente foi a discordância total, tanto em 2014 quanto em 2021. Houve no entanto uma queda significativa entre aqueles que discordavam totalmente, o que pode indicar diminuição de abertura para mudanças.

Outra afirmação da questão foi sobre a redução das carreiras com a manutenção da separação entre oficiais/não oficiais e delegados/não delegados. Mais uma vez, a discordância total se mostrou a resposta mais frequente com uma queda pequena em 2021, acompanhada de aumento da discordância parcial. Parece que o apoio parcial ou total à manutenção da cisão hierárquica das carreiras é minoritário entre os respondentes, embora não seja desprezível já que se aproxima de 38%. Entre os policiais federais, a diferença entre o apoio à separação entre 2014 e 2021 é relevante de ser mencionada: em 2014, 11,8% dos policiais federais apoiavam totalmente ou em parte; em 2021, 47,6%.

O apoio à organização das polícias em carreira única, com uma só porta de entrada se manteve bastante alto e estável, com apoio parcial ou total de cerca de 81% dos respondentes, tanto em 2014 quanto em 2021. Esse posicionamento também foi prevalente na afirmação seguinte, que versou sobre a possibilidade de criação de uma carreira única, mas com mais de uma porta de entrada – neste caso as opiniões se mostraram mais divididas, sendo a opção mais prevalente a discordância total, sem mudança significativa no tempo.

Em relação à organização das perícias em carreira única, houve uma redução significativa na concordância total, com um aumento proporcional entre os que disseram não saber. Em 2014 a resposta mais prevalente era a concordância total, ao passo que em 2021, quase não há diferença entre as frequências de concordância total, concordância parcial e discordância total.

Para todas as corporações, a manutenção das atuais carreiras tinha oposição da maioria dos respondentes em 2014, sendo que em 2021 essa oposição deixa de ser majoritária para PF e para o Corpo de Bombeiros. O apoio a carreira única era a opção mais prevalente em todas as corporações em 2014, com concordância entre 68% e 88%. Em 2021 a carreira única perde o apoio majoritário entre PFs. Em todas as proposições houve mudanças expressivas entre as PFs, migrando para uma posição mais conservadora, o que pode ser explicado, pelo menos em parte, pela maior proporção de delegados na amostra em 2021.

TABELA 2
Organização das carreiras

Abaixo encontram-se afirmações sobre formas de organização das carreiras policiais. Por favor, marque em cada uma sua concordância ou discordância.		2014	2021
As atuais carreiras policiais são adequadas e deveriam ser mantidas	Concordo totalmente	6,9%	11,2%
	Concordo em parte	26,2%	30,7%
	Discordo totalmente	51,2%	38,8%
	Discordo em parte	15,1%	17,7%
	Não sei	0,6%	1,6%
As atuais carreiras poderiam ser reduzidas, mas mantendo-se a separação entre oficiais/não oficiais e delegados/não delegados.	Concordo totalmente	12,5%	11,3%
	Concordo em parte	23,8%	26,9%
	Discordo totalmente	49,2%	41,0%
	Discordo em parte	11,3%	15,0%
	Não sei	3,2%	5,9%
As polícias deveriam ser organizadas em carreira única, com uma única porta de entrada (concurso para ingresso).	Concordo totalmente	62,1%	62,9%
	Concordo em parte	18,8%	18,1%
	Discordo totalmente	14,5%	13,2%
	Discordo em parte	3,6%	3,9%
	Não sei	1,0%	1,9%
As polícias deveriam ser organizadas em carreira única, mas deveria haver a possibilidade de mais do que uma única porta de entrada (concurso para ingresso), de modo a selecionar profissionais já com experiência e formação acadêmica específica e de interesse das corporações	Concordo totalmente	26,3%	25,4%
	Concordo em parte	29,0%	31,9%
	Discordo totalmente	34,9%	31,3%
	Discordo em parte	7,7%	8,0%
	Não sei	2,1%	3,4%
A perícia deveria ser organizada em carreiras autônomas	Concordo totalmente	32,5%	23,9%
	Concordo em parte	21,2%	22,6%
	Discordo totalmente	24,8%	22,5%
	Discordo em parte	6,3%	7,0%
	Não sei	15,2%	24,0%

Fonte: Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014 (N=21.101). Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=6.182).



DESMILITARIZAÇÃO, HIERARQUIA E DISCIPLINA

Em 2014, 45,7% dos respondentes manifestou concordância total com a ideia de acabar com a justiça militar nas PMs e a somatória de concordância total e parcial era de 63,6%. Em 2021, a concordância total caiu para 27,2% e a soma da concordância total e parcial para 46,5%, percentual muito próximo à somatória dos que discordam total e parcialmente (45,8%), cenário significativamente diferente da pesquisa anterior.

Em linha com os resultados sobre a justiça militar foram aqueles referentes a mudança de status das PM e CBM para que deixassem de ser forças auxiliares do Exército. Ainda que a concordância total e parcial com essa mudança sigam sendo a maior parte das respostas (54,9%) em 2021, houve uma queda acentuada em relação a 2014 quando esse percentual era de 73,8%.

Também houve queda de concordância com a necessidade de regulamentar o direito a sindicalização e greve entre policiais militares, de 86,7% em 2014 para 73,1% em 2021 (concordância total ou parcial). Mesmo com essa diferença, o apoio ao direito de membros da PM organizarem-se em defesa de seus direitos segue bastante expressivo entre profissionais de segurança pública.

54,7% dos respondentes discordaram (totalmente ou em parte) da opção de eliminar hierarquias militares em 2021, percentual muito próximo ao de 2014 (52,8%). O apoio a mecanismos internos de controle, aumentou em 2021, chegando a 54,3% os que discordam que tais mecanismos sejam reduzidos, contra 48,7% em 2014.

Punições administrativas e disciplinares em geral são apoiadas pela maioria – 57,8% discordam que esse tipo de punição seja vedado, percentual próximo ao de 2014 (55,7%). Em 2014, 58,3% dos respondentes concordavam totalmente ou em parte, que os IPM deveriam ser extintos, percentual que diminuiu para 42,8% em 2021. Desse modo, o apoio à manutenção dos IPM passou a ser mais prevalente que sua rejeição.

Outra pergunta feita nas duas pesquisas foi se os respondentes concordavam que o foco de trabalho das Polícias Militares deveria ser reorientado para proteção dos direitos de

cidadania. Em 2014, 87,3% dos respondentes concordavam com a afirmação e em 2021 esse percentual caiu para 76,5%. Apesar desta redução, é importante que uma maioria tão ampla ainda se manifeste a favor da atuação das policiais militares como defensoras de direitos de cidadania no contexto de brasileiro de polarização política – que muitas vezes coloca as polícias no centro do debate, e o respeito aos direitos humanos como orientação do trabalho realizado deve ser ainda mais enfatizado.

A PRF é a corporação que mais apoia as opções propostas como desmilitarizantes. Em sentido oposto, o CB é a que menos apoio demonstrou a essas proposições. Mesmo com resistências a desmilitarização, em todas as corporações o apoio à reorientação do trabalho da PM para a proteção de direitos de cidadania ficou acima de 70% (ver anexo, tabela 18) – no caso do Corpo de Bombeiros, o apoio ficou em 69,9%; 86,6% dos policiais federais apoiam a reorientação do trabalho da PM e 76,9% dos policiais militares apoiam a reorientação de seu trabalho.

TABELA 3
Desmilitarização

Entre as propostas que mais mobilizam a sociedade brasileira hoje está a “desmilitarização” das polícias militares. Porém, não há consenso sobre o que significaria esta ação. Abaixo encontram-se afirmações sobre formas de desmilitarização das polícias militares. Por favor, marque em cada uma sua concordância ou discordância		2014	2021
Fim da justiça militar para as polícias militares.	Concordo totalmente	45,7%	27,2%
	Concordo em parte	17,9%	19,3%
	Discordo totalmente	25,2%	33,6%
	Discordo em parte	7,4%	12,2%
	Não sei	3,9%	7,7%
Retirar as polícias militares e os corpos de bombeiros militares como forças auxiliares do exército (fim do controle e fim da Inspeção das PMs).	Concordo totalmente	58,3%	33,4%
	Concordo em parte	15,5%	21,5%
	Discordo totalmente	16,3%	24,7%
	Discordo em parte	4,5%	10,4%
	Não sei	5,5%	10,0%
Regulamentação do direito à sindicalização e de greve dos policiais militares.	Concordo totalmente	69,3%	47,3%
	Concordo em parte	17,4%	25,8%
	Discordo totalmente	8,6%	14,5%
	Discordo em parte	2,7%	6,4%
	Não sei	2,0%	5,9%
Eliminação de hierarquias militares	Concordo totalmente	17,0%	18,1%
	Concordo em parte	28,6%	22,0%
	Discordo totalmente	42,0%	41,5%
	Discordo em parte	10,8%	13,2%
	Não sei	1,6%	5,1%
Redução dos mecanismos internos de controle (corregedorias, comissões de justificação, de disciplina, entre outras).	Concordo totalmente	19,7%	13,3%
	Concordo em parte	29,7%	27,4%
	Discordo totalmente	38,2%	40,3%
	Discordo em parte	10,5%	14,0%
	Não sei	1,9%	5,1%
Vedação de punições administrativas e disciplinares	Concordo totalmente	16,4%	12,6%
	Concordo em parte	26,1%	25,0%
	Discordo totalmente	43,4%	41,0%
	Discordo em parte	12,3%	16,8%
	Não sei	1,9%	4,6%
Extinção dos Inquéritos Policiais Militares	Concordo totalmente	37,7%	21,5%
	Concordo em parte	20,6%	21,3%
	Discordo totalmente	28,4%	35,1%
	Discordo em parte	9,5%	15,0%
	Não sei	3,8%	7,1%
Reorientar o foco de trabalho das Polícias Militares para proteção dos direitos de cidadania.	Concordo totalmente	63,5%	42,6%
	Concordo em parte	23,8%	33,9%
	Discordo totalmente	5,0%	8,4%
	Discordo em parte	3,6%	6,9%
	Não sei	4,1%	8,2%

Fonte: Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014 (N=21.101). Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.642).

Os poucos temas em que é possível verificar inversão de tendência na opinião dos profissionais de segurança pública nas pesquisas de 2014 e 2021 se referem aos aspectos militares das PMs e CBMs. A subordinação destas corporações ao Exército era rejeitada por 77,2% dos entrevistados em 2014. Em 2021, essa rejeição caiu para 48,5%. Embora a rejeição continue somando maior número de respostas, ela se aproximou consideravelmente do apoio, com um pequeno aumento (em 2014, esse percentual era de 3,4% e em 2021 o percentual subiu para 9,1%) dos que disseram não saber.

Em aparente contradição, 55,6% dos respondentes disseram concordar com a afirmação “As polícias militares e os corpos de bombeiros militares devem ser exclusivamente subordinados ao poder público estadual/governadores” em 2021 – essa pergunta não estava presente no estudo realizado em 2014. Como as duas perguntas foram apresentadas na mesma sequência desse relatório, é possível supor que, ao serem confrontadas com uma alternativa concreta à subordinação ao exército, parte dos respondentes tenha preferido a subordinação a um poder civil. Também é possível que o que mobilize mais respondentes seja a hierarquia militar, mais que a subordinação ao Exército Brasileiro. Em relação à afirmação “Policiais militares devem ser julgados exclusivamente pela Justiça Militar”, em 2014, a maior parte dos respondentes (53,4%) discordava, contra 38,1% em 2021, sendo que em 2021 a maioria passou a concordar (56,7%), conta 41,3% em 2014.

Quando perguntados se concordavam com a afirmação “A hierarquia nas polícias e demais forças de segurança provoca desrespeito e injustiças profissionais”, mais da metade (58,3%) dos respondentes disse que concordava em 2014, cenário que não se alterou significativamente em 2021 (55,8% de concordância).

Em 2019 foi sancionada a lei que extinguiu o fim da prisão disciplinar para integrantes da PM e CBM. Em 2021, os respondentes foram questionados se esse fato “contribuiu com a democratização dos regimentos disciplinares das polícias militares e com a proteção de direitos de seus integrantes”. 71,5% dos integrantes concordaram com a afirmação, uma maioria expressiva. Também em 2021 foi adicionada a seguinte questão “O fim da prisão disciplinar prejudicou as condições de disciplina e hierarquia das instituições militares” e 62,9% dos respondentes discordaram desse ponto de vista.

Nas duas pesquisas, mais de 60% dos respondentes discordaram que “Hierarquia e disciplina rigorosas tornam desnecessário o controle interno da atividade de segurança (por exemplo, as corregedorias).” Ainda assim, em 2014 o apoio ao controle interno era maior que em 2021, quando caiu aproximadamente 10% - em 2014, o percentual daqueles que discordavam com a afirmação era de 75,9%; em 2021, o percentual é de 64,6%.

Em relação ao controle externo se percebe uma situação parecida. Em 2014, 76,9% discordavam da afirmação “Hierarquia e disciplinas rigorosas tornam desnecessário o controle externo da atividade de segurança (por exemplo, as ouvidorias ou o MP)” e esse percentual caiu para 60,2% em 2021. Ou seja, o apoio ao controle externo caiu ainda mais que o apoio ao controle interno, embora ainda seja majoritário.

Em 2021 foi perguntado aos profissionais se concordavam com a afirmação “As atuais estruturas hierárquicas e de gestão dos Profissionais de Segurança Pública são eficientes” e 54% discordaram dessa afirmação enquanto 42,6% concordaram.

Na tabela 19, no documento anexo, é possível conferir as respostas por corporação. Como esperado, a subordinação ao Exército e a organização militar divide as organizações entre as militares (PM e CBM) que apoiam mais esse desenho (51,5% e 63,9%, respectivamente) e as não militares que majoritariamente discordam dele. A instância da Justiça Militar como a jurisdição adequada para PMs divide as corporações da mesma forma (74,5% dos policiais militares apoiam e 69,2 dos bombeiros militares). A subordinação ao poder executivo estadual é apoiada majoritariamente por todas as corporações. De forma semelhante, todas as corporações vêm como positivo o fim da prisão disciplinar, com exceção da perícia que teve uma proporção grande de pessoas que disseram não saber – 39%. Os mais afetados pela prisão disciplinar são justamente os que mais apoiam sua extinção – 79,9% dos PMs e 77,4% dos BM. A PF é a única corporação que apoia majoritariamente a estrutura hierárquica atual das polícias.

TABELA 4
Hierarquia e disciplina

A seguir encontram-se afirmações sobre hierarquia e disciplina nas polícias e demais forças de segurança. Para cada uma das afirmações, assinale sua concordância ou discordância.		2014	2021
As polícias militares e os corpos de bombeiros militares devem, como regulamentado no R200 (Decreto nº 88.777/83), ser controladas e coordenadas ao Exército, como forças auxiliares, e devem se organizar de modo semelhante ao Exército	Concordo (totalmente ou em parte)	19,4%	42,3%
	Discordo (totalmente ou em parte)	77,2%	48,5%
	Não sei	3,4%	9,1%
As polícias militares e os corpos de bombeiros militares devem ser exclusivamente subordinados ao poder público estadual /governadores.	Concordo (totalmente ou em parte)	NA	55,6%
	Discordo (totalmente ou em parte)	NA	37,4%
	Não sei	NA	7,0%
Policiais militares devem ser julgados exclusivamente pela Justiça Militar	Concordo (totalmente ou em parte)	41,3%	56,7%
	Discordo (totalmente ou em parte)	53,4%	38,1%
	Não sei	5,3%	5,2%
A hierarquia nas polícias e demais forças de segurança provoca desrespeito e injustiças profissionais.	Concordo (totalmente ou em parte)	58,3%	55,8%
	Discordo (totalmente ou em parte)	37,9%	41,9%
	Não sei	3,8%	2,3%
O fim da prisão disciplinar contribui com a democratização dos regimentos disciplinares das polícias militares e com a proteção de direitos de seus integrantes.	Concordo (totalmente ou em parte)	NA	71,5%
	Discordo (totalmente ou em parte)	NA	16,1%
	Não sei	NA	12,4%
Hierarquia e disciplina rigorosas tornam desnecessário o controle interno da atividade de segurança (por exemplo, as corregedorias).	Concordo (totalmente ou em parte)	18,7%	31,0%
	Discordo (totalmente ou em parte)	75,9%	64,6%
	Não sei	5,4%	4,4%
Hierarquia e disciplinas rigorosas tornam desnecessário o controle externo da atividade de segurança (por exemplo, as ouvidorias ou o MP)	Concordo (totalmente ou em parte)	17,3%	34,9%
	Discordo (totalmente ou em parte)	76,9%	60,2%
	Não sei	5,7%	4,8%
As atuais estruturas hierárquicas e de gestão dos Profissionais de Segurança Pública são eficientes.	Concordo (totalmente ou em parte)	NA	42,6%
	Discordo (totalmente ou em parte)	NA	54,9%
	Não sei	NA	2,5%
O fim da prisão disciplinar prejudicou as condições de disciplina e hierarquia das instituições militares.	Concordo (totalmente ou em parte)	NA	22,8%
	Discordo (totalmente ou em parte)	NA	62,9%
	Não sei	NA	14,4%

Fonte: Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014 (N=21.101). Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.965).



SISTEMA DE JUSTIÇA

As perguntas sobre o Sistema de Justiça versaram especificamente sobre o Ministério Público (MP) e o Poder Judiciário e foram formuladas com base na estrutura de múltipla escolha, sendo possível selecionar apenas uma das opções ofertadas.

Em relação ao Ministério Público, a alternativa mais frequentemente escolhida foi a que dizia que a instituição atua “Com insensibilidade ou indiferença relativamente às dificuldades do trabalho policial, apenas cobrando, mas sem colaborar”. Ainda que majoritária, esta opção foi menor em 2021 (48%) do que em 2014 (51%). Houve uma inversão interessante, em relação a 2014, na segunda alternativa mais escolhida: se, naquele ano a segunda opção foi “Corretamente, sem maior integração com o trabalho da polícia, mas realizando suas atribuições específicas”, (21,9%) neste ano a segunda colocada mostra uma maior percepção de que o MP atua “Como uma instância que se opõe ao trabalho policial, tornando-o, em vários momentos, mais difícil”. Importante ressaltar, porém, um aumento significativo de pessoas que não tem opinião formada sobre o assunto, que passou de 6,1%, em 2014, para 11%, em 2021.

Em 2014, a PF era a única corporação com uma visão mais positiva do MP, com 44% (a resposta mais prevalente) dos respondentes dessa corporação optando pela resposta de que a organização trabalhava corretamente, sem maior integração com o trabalho da polícia, mas realizando as suas atribuições específicas. Também foi entre os respondentes dessa corporação que se observou a única reversão de tendência - em 2021, 79% dos respondentes da PF passaram a manifestar uma visão negativa do MP (ver tabela 20, no anexo). É possível que essa reversão esteja relacionada a diversos conflitos entre a corporação e o órgão ministerial oriundos de disputas pelo protagonismo na investigação de crimes chamados de “colarinho branco”. Esses conflitos se concretizaram, por um lado, na autorização do STF para que a Polícia Federal negociasse acordos de delação premiada mesmo sem a anuência do Ministério Público e, por outro, na autorização do Supremo para que o órgão ministerial federal pudesse investigar de modo independente da corporação policial.

TABELA 5
Atuação do Ministério Público

Você acha que o Ministério Público costuma atuar:	2014	2021
Total	100,0%	100,0%
Corretamente, auxiliando as polícias a realizar seu trabalho.	6,1%	7,7%
Corretamente, sem maior integração com o trabalho da polícia, mas realizando suas atribuições específicas.	21,9%	15,7%
Com insensibilidade ou indiferença relativamente às dificuldades do trabalho policial, apenas cobrando, mas sem colaborar	51,0%	48,0%
Como uma instância que se opõe ao trabalho policial, tornando-o, em vários momentos, mais difícil.	14,9%	17,7%
Não tenho opinião formada sobre o assunto.	6,1%	11,0%

Fonte: Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014 (N=21.101). Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.329).

Nas duas coletas as opiniões dos policiais sobre a Justiça foram muito parecidas com aquelas manifestadas em relação ao MP. Comparadas as respostas de ambas em 2014 e 2021, as tendências são as mesmas e, neste ano, predomina a percepção de que o sistema de Justiça é indiferente às dificuldades encontradas, não colabora e até se opõe ao trabalho policial, dificultando-o.

Na tabela 21 estão as respostas separadas por corporação. Em relação a atuação da Justiça, todas desaprovavam majoritariamente a atuação dessa instituição em 2014 (68,6%). Em 2021, esse percentual não teve mudanças significativas, com 68,9% de desaprovação. Para a maior parte das corporações, essa desaprovação se manteve mais ou menos estável, com mudanças de prevalência igual ou inferior a 5%. Entre os respondentes da PF, no entanto, a desaprovação aumentou quase 10% (de 55,2% em 2014 para 64,2% em 2021).

TABELA 6
Atuação da Justiça

Você acha que a Justiça costuma atuar:	2014	2021
Total	100,0%	100,0%
Corretamente, como uma instituição que coopera com o trabalho policial.	3,7%	4,6%
Corretamente, sem maior integração com o trabalho da polícia, mas realizando suas atribuições específicas.	24,1%	18,4%
Com insensibilidade ou indiferença relativamente às dificuldades do trabalho policial, apenas cobrando, mas sem colaborar	50,5%	46,8%
Como uma instância que se opõe ao trabalho policial, tornando-o, em vários momentos, mais difícil.	18,1%	22,1%
Não tenho opinião formada sobre o assunto.	3,7%	8,1%

Fonte: Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014 (N=21.101). Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.304).



VITIMIZAÇÃO E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Na maior parte, as frequências de vitimização por violência sofridos por policiais não se alteraram significativamente nas duas pesquisas. Como esperado, casos mais graves de violência foram relatados com menor frequência: 4% declararam ter sido baleados em serviço em 2021 contra 3,3% em 2014; 1,9% declararam ter sido baleados no período de folga em 2021, mesmo percentual encontrado em 2014. Interessante contrastar essa maior prevalência de agressões por arma de fogo não fatais no exercício da função com os casos de agressões fatais - no Brasil, policiais são vítimas de homicídio com maior frequência quando estão no período de folga.

Relatos de ameaça de violência física bem como violência física propriamente dita, perpetradas por pessoas suspeitas ou condenadas, foram mais frequentes em 2021: as ameaças foram relatadas por 54,5% dos respondentes (contra 47,7% em 2014) e a violência propriamente dita foi relatada por 17% (contra 10,6% em 2014). Acidentes de trânsito também foram mais relatados em 2021: 43,8% contra 36,3% em 2014.

Em 2021 foi incluída uma nova pergunta, que versou sobre o profissional de segurança ter presenciado a morte de um colega em serviço. O percentual de respostas positivas foi de quase 20%, dado grave e condizente com o alto índice de profissionais de segurança que são assassinados no país.

Considerando as violências simbólicas, alguns relatos seguem aparecendo com grande magnitude: discriminação em função do status de profissional da segurança pública (66% em 2014 e 67,6% em 2021), humilhação ou desrespeito por superior hierárquico (59,6% em 2014 e 54,8% em 2021), desrespeito a direitos trabalhistas (40,9% em 2014 e 49,3% em 2021), acusação injusta da prática de ato ilícito (33,3% em 2014 e 44,7% em 2021).

Para todas as perguntas referentes a vitimização, foi apresentada a alternativa “Prefiro não responder”. Em 2021, essa opção foi marcada por menos de 3% dos respondentes na maior parte das respostas. Chama atenção que perguntas envolvendo as corporações ou seus membros como perpetradores tenham apresentado um percentual um pouco superior: para as situações “tortura em treinamento ou fora dele”, “direito de defesa negado ou cerceado

pela corporação” e “humilhação/desrespeito por parte de superior hierárquico preferiram não responder respectivamente 5,7%, 4,9% e 4,5% dos participantes.

Em 2021, vitimização por discriminação racial foi relatada por 5,9% dos participantes, por orientação sexual/identidade de gênero, por 1,8%, e por convicções religiosas, por 9,1%, valores bastante próximos aos de 2014, como pode ser visto na tabela seguinte. Em relação a este tema, cumpre registrar que entre os praticantes de candomblé e umbanda esse percentual foi o maior, com 28,2%.

Outros casos tiveram aumento relevante: assédio sexual foi relatado por 3,2% dos participantes em 2014 e 6,9% em 2021, discriminação de gênero havia sido relatada por 8,3% dos participantes em 2014 e foi relatada por 11,6% em 2021 e, por fim, discriminação por convicções políticas, que havia sido relatada por 14,2% das pessoas em 2014, cresceu para 20,2% em 2021.

Como esperado, todos os tipos de violência física intencional foram mais prevalentes entre os policiais militares, em função da natureza do trabalho dessa corporação. Acidentes de trânsito apresentaram prevalência semelhante para PM e PRF. Os casos de violências simbólicas se distribuem de maneira mais heterogênea em relação a prevalência nas diferentes corporações, sem uma tendência clara (ver tabela 22, em anexo).

TABELA 7
Vitimização e violação de direitos

Ao longo da sua experiência profissional, como profissional do sistema de segurança pública, você já foi vítima dos seguintes tipos de violência ou de desrespeito aos seus direitos?	2014	2021
Foi baleado em serviço	3,3%	4,0%
Foi baleado durante período de folga	1,9%	1,9%
Foi vítima de violência física em serviço por parte de pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita	26,9%	41,7%
Foi vítima de violência física durante período de folga por parte de pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita	10,6%	17,0%
Foi ameaçado de morte ou de sofrer violência física por pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita	47,7%	54,5%
Presenciou a morte de um colega em serviço	NA	19,7%
Sofreu acidente de trânsito em serviço	36,3%	43,8%
Foi discriminado por ser policial ou profissional do sistema de segurança	66,0%	67,6%
Foi acusado injustamente da prática de ato ilícito	33,3%	44,7%
Teve seu direito de defesa negado ou cerceado pela corporação	27,0%	24,7%
Teve seus direitos trabalhistas (pagamento do salário em dia, férias, 13º salário, pagamento de horas extras etc.) desrespeitados	40,9%	49,3%
Foi vítima de tortura em treinamento ou fora dele (imposição deliberada de sofrimento físico ou mental).	27,9%	18,4%
Foi vítima de violência física por parte de outro policial.	5,2%	7,1%
Foi ameaçado de morte ou de sofrer violência física por outro policial.	8,6%	10,5%
Foi humilhado / desrespeitado por superior hierárquico.	59,6%	54,8%
Foi vítima de racismo.	5,5%	5,9%
Foi vítima de assédio sexual (tentativa constrangedora de obter favores sexuais por parte de superior hierárquico).	3,2%	6,9%
Foi vítima de discriminação por conta de seu gênero (por ser homem ou por ser mulher).	8,3%	11,6%
Foi discriminado por conta de sua orientação sexual ou identidade de gênero (por ser homossexual, bissexual ou transexual, por exemplo).	1,4%	1,8%
Foi discriminado por conta de suas convicções religiosas ou por ser membro de congregação, igreja ou movimento religioso.	10,2%	9,1%
Foi discriminado por conta de suas convicções políticas ou por ser simpatizante de partido político.	14,2%	20,2%

Fonte: Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014 (N=21.101). Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.284).



FATORES QUE ATRAPALHAM O TRABALHO

Parece haver um consenso estável em torno de alguns poucos temas a respeito dos desafios da segurança pública. Baixos salários, contingente policial insuficiente, falta de verbas para equipamentos e armas, falta de integração entre as políticas de segurança e outras políticas sociais, falta de integração entre as diferentes polícias e interferências políticas foram considerados fatores muito importantes como dificultadores do trabalho das polícias por um percentual igual ou superior a 65% tanto em 2014 quanto em 2021.

Trata-se de consensos relativamente confortáveis já que localizam os problemas da segurança pública fora do plano de atuação das corporações policiais, uma vez que a disponibilidade de verbas para salários, aumento do contingente e equipamentos dependem mais da situação fiscal e de decisões políticas que se dão no plano geral da administração pública. Interferência política também é “culpa” de forças externas às corporações.

Formação e treinamento deficientes, desvalorização da perícia técnica e da produção de provas de boa qualidade, mau funcionamento do Sistema Penitenciário, leis penais inadequadas, políticas sociais preventivas insuficientes, corrupção nas polícias, ausência de capacitação gerencial e falta de uma Política de Segurança Pública também são fatores considerados de grande importância como dificultadores do trabalho das polícias por mais de 60% dos respondentes, porém, com queda percentual significativa entre 2014 e 2021, conforme se verifica na tabela a seguir.

Em um contexto de grande polarização política, com os profissionais de segurança frequentemente aderindo a desgastados discursos de lei e ordem, muitas vezes apenas simbólicos e carentes de propostas eficientes na segurança pública, chama a atenção que uma larga maioria dos policiais considere importante ou muito importante como fator que atrapalha o trabalho na área a “ênfase desproporcional das políticas de segurança na repressão ao tráfico de drogas” (82,5% dos respondentes) e a “priorização de prisões, em vez de adoção de policiamento comunitário e ações preventivas” (71,4% dos respondentes).

Como se pode ver pelo detalhamento, as corporações parecem bastante homogêneas em relação aos problemas que prejudicam sua atividade. Interessante notar que entre os

respondentes da PF houve a menor proporção de pessoas que respondeu que a interferência política era muito importante, com 60% de respostas. Mais uma vez essa escolha pode refletir uma postura defensiva dos membros da instituição dada a intensa discussão que se colocou frente a essa questão na política nacional recentemente. Ainda assim, somando-se os que percebem a interferência como importante ou muito importante ficou em 96% entre os respondentes da PF.

TABELA 8
Fatores que atrapalham o trabalho policial

As polícias e os demais órgãos de segurança pública no Brasil enfrentam dificuldades para um melhor desempenho. Na sua opinião, qual a importância dos fatores abaixo quanto às dificuldades do trabalho da polícia?		2014	2021
Baixos salários.	Muito importante	84,7%	84,6%
	Importante	14,3%	14,1%
	Pouco importante	0,9%	1,0%
	Nada importante	0,1%	0,3%
Contingente policial insuficiente.	Muito importante	81,7%	84,1%
	Importante	15,6%	14,2%
	Pouco importante	2,4%	1,2%
	Nada importante	0,3%	0,5%
Falta de verbas para equipamentos e armas.	Muito importante	76,8%	78,0%
	Importante	20,5%	19,8%
	Pouco importante	2,1%	1,7%
	Nada importante	0,6%	0,5%
Formação e treinamento deficientes.	Muito importante	80,6%	76,7%
	Importante	17,6%	21,0%
	Pouco importante	1,4%	1,6%
	Nada importante	0,4%	0,6%
Falta de participação da sociedade nas políticas de segurança.	Muito importante	52,6%	47,3%
	Importante	35,6%	35,5%
	Pouco importante	10,0%	13,7%
	Nada importante	1,9%	3,5%
Desvalorização da perícia técnica e da produção de provas de boa qualidade.	Muito importante	68,0%	62,0%
	Importante	25,6%	31,4%
	Pouco importante	4,8%	4,6%
	Nada importante	1,6%	2,0%
Desvalorização do trabalho investigativo.	Muito importante	NA	69,8%
	Importante	NA	25,7%
	Pouco importante	NA	2,9%
	Nada importante	NA	1,5%
Desvalorização do papel do município na segurança pública e das guardas civis municipais.	Muito importante	38,6%	42,5%
	Importante	37,3%	36,1%
	Pouco importante	18,7%	16,2%
	Nada importante	5,5%	5,2%

continua

TABELA 8 (CONTINUAÇÃO)
Fatores que atrapalham o trabalho policial

As polícias e os demais órgãos de segurança pública no Brasil enfrentam dificuldades para um melhor desempenho. Na sua opinião, qual a importância dos fatores abaixo quanto às dificuldades do trabalho da polícia?		2014	2021
Corrupção nas polícias.	Muito importante	70,3%	66,2%
	Importante	23,3%	25,4%
	Pouco importante	5,3%	6,4%
	Nada importante	1,1%	2,1%
Falta de integração entre as políticas de segurança e outras políticas sociais.	Muito importante	65,9%	64,7%
	Importante	27,1%	28,1%
	Pouco importante	5,6%	5,7%
	Nada importante	1,4%	1,5%
Falta de integração entre as diferentes polícias.	Muito importante	72,7%	71,2%
	Importante	22,6%	24,5%
	Pouco importante	3,7%	3,2%
	Nada importante	1,0%	1,0%
Ausência de capacitação gerencial para gerenciamento da instituição.	Muito importante	76,8%	65,4%
	Importante	19,7%	29,4%
	Pouco importante	2,8%	3,8%
	Nada importante	0,8%	1,3%
Mau funcionamento do Sistema Penitenciário.	Muito importante	79,1%	69,7%
	Importante	16,2%	24,6%
	Pouco importante	3,8%	4,3%
	Nada importante	1,0%	1,4%
Leis Penais inadequadas.	Muito importante	82,1%	76,7%
	Importante	12,8%	17,6%
	Pouco importante	4,1%	4,3%
	Nada importante	1,0%	1,4%
Políticas sociais preventivas insuficientes.	Muito importante	77,3%	70,3%
	Importante	19,6%	24,5%
	Pouco importante	2,6%	4,0%
	Nada importante	0,6%	1,2%
Falta de uma Política de Segurança Pública.	Muito importante	81,4%	73,3%
	Importante	16,5%	23,5%
	Pouco importante	1,6%	2,3%
	Nada importante	0,4%	1,0%

continua

TABELA 8 (CONTINUAÇÃO)
Fatores que atrapalham o trabalho policial

As polícias e os demais órgãos de segurança pública no Brasil enfrentam dificuldades para um melhor desempenho. Na sua opinião, qual a importância dos fatores abaixo quanto às dificuldades do trabalho da polícia?		2014	2021
Priorização de prisões, em vez de adoção de policiamento comunitário e ações preventivas.	Muito importante	41,5%	38,5%
	Importante	33,8%	32,9%
	Pouco importante	18,6%	21,3%
	Nada importante	6,1%	7,3%
Ênfase desproporcional das políticas de segurança na repressão ao tráfico de drogas.	Muito importante	54,9%	49,5%
	Importante	31,7%	33,0%
	Pouco importante	10,3%	12,0%
	Nada importante	3,0%	5,5%
Ação de setores da mídia que transformam a violência em espetáculo.	Muito importante	59,5%	62,3%
	Importante	23,8%	23,7%
	Pouco importante	12,0%	9,1%
	Nada importante	4,7%	4,9%
Interferências políticas.	Muito importante	76,2%	74,4%
	Importante	15,8%	17,6%
	Pouco importante	4,7%	3,8%
	Nada importante	3,3%	4,2%
Envolvimento de profissionais de segurança pública com organizações criminosas/milícias.	Muito importante	NA	64,6%
	Importante	NA	23,9%
	Pouco importante	NA	7,5%
	Nada importante	NA	4,0%
Rivalidade entre as diferentes polícias.	Muito importante	54,9%	55,3%
	Importante	25,8%	27,4%
	Pouco importante	13,9%	12,3%
	Nada importante	5,4%	5,0%

Fonte: Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014 (N=21.101). Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.470).



PROCEDIMENTOS DE APOIO AO PROFISSIONAL ENVOLVIDO EM MORTE DECORRENTE DE AÇÃO POLICIAL

Foi perguntado aos respondentes quais procedimentos consideravam adequados em caso de um profissional de segurança participar de ocorrência com resultado morte.

Garantir apoio psicológico e jurídico foram os procedimentos mais apoiados pelos respondentes: 98% concordaram (totalmente ou em parte) que esses procedimentos eram adequados, tanto em 2014 quanto em 2021. Retirar temporariamente o profissional da escala regular de trabalho e encaminhá-lo para capacitação eram medidas já apoiadas majoritariamente em 2014 (77,6% e 63,6% respectivamente) e, em 2021, passaram a ter ainda mais apoio (85% e 69% dos respondentes).

O apoio psicológico, jurídico e demais formas de ajudar a preservar os profissionais envolvidos em ocorrências com morte têm o apoio majoritário e elevado entre os membros das diferentes corporações (ver tabela 24, em anexo).

TABELA 9

Procedimentos em casos de ocorrências com resultado morte

Que procedimentos você considera adequados em caso de um policial ou um profissional de segurança participar de ocorrência com resultado morte?		2014	2021
Retirar esse profissional, durante um determinado período, da escala normal de trabalho para preservá-lo.	Concordo (totalmente ou em parte)	77,6%	85,0%
	Discordo (totalmente ou em parte)	15,5%	12,7%
	Não sei	6,9%	2,3%
Garantir-lhe apoio psicológico.	Concordo (totalmente ou em parte)	98,9%	98,1%
	Discordo (totalmente ou em parte)	0,6%	0,6%
	Não sei	0,5%	1,3%
Encaminhá-lo para período de capacitação, com cursos sobre temas como o uso legal da força, entre outros.	Concordo (totalmente ou em parte)	63,6%	69,7%
	Discordo (totalmente ou em parte)	26,3%	27,2%
	Não sei	10,2%	3,1%
Garantir-lhe apoio jurídico.	Concordo (totalmente ou em parte)	98,8%	98,3%
	Discordo (totalmente ou em parte)	0,4%	0,4%
	Não sei	0,7%	1,2%

Fonte: Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014 (N=21.101). Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.173).



TEORIA DE MUDANÇA NAS INSTITUIÇÕES E CARREIRAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Uma das características da pesquisa “Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil 2021” é abordar um mesmo tema a partir de múltiplas perguntas e subtemas. Desse modo, o material coletado pode ser utilizado para investigar como esses assuntos estão sendo pensados pelos respondentes. Podemos explorar, assim, se há preferências organizacionais, políticas, ideológicas ou corporativas latentes que influenciam como as pessoas respondem a cada pergunta.

Uma maneira de fazer isso é utilizar análise psicométrica, um conjunto teórico e metodológico desenvolvido no âmbito da psicologia para medir conceitos que não são diretamente observáveis. Aspectos como felicidade ou depressão não podem ser aferidos diretamente, como a temperatura corporal é medida por um termômetro. Desse modo, buscam-se medir felicidade ou depressão a partir de suas manifestações mensuráveis, comportamentos e sentimentos que a pessoa experimenta no dia a dia. De modo similar, vamos utilizar o banco de dados da pesquisa para analisar se encontramos dois grandes conjuntos de pensamento - militarização da segurança pública e teoria de mudança. Compreenderemos esses dois grandes conjuntos como variáveis latentes. Nosso principal objetivo é avaliar se a hipótese de que há uma variável latente “militarização da segurança pública” se sustenta com base nos dados da nossa amostra.

O instrumento de pesquisa não foi desenhado para essa análise específica e, nessa abordagem, utilizaremos apenas a análise fatorial exploratória em busca de pistas que possam guiar na construção de novas hipóteses, percepção de lacunas e de novas perguntas de pesquisa.

Os passos metodológicos foram: selecionar as perguntas do questionário que fizessem referência ao mesmo tema. O segundo passo foi codificar a resposta de cada pergunta com valores numéricos que fizessem sentido. Assim, para as perguntas referentes à militarização da segurança pública, isto é, fizemos uma codificação de 0 a 3 (maior afinidade com a militarização da segurança pública). Ou seja, quanto maior adesão ao conceito teórico por nós formulado, maior a pontuação de zero a três. Para avaliar o quanto cada uma das perguntas se encaixava empiricamente no conjunto definido por nós, utilizamos os dados

da matriz de correlação, Alfa de Cronbach e de uma primeira rodada de análise fatorial exploratória (EFA, na sigla em inglês) por componentes principais. A partir desses resultados foram excluídas perguntas incompatíveis e uma nova rodada de EFA foi feita. A adequação da escala foi avaliada pelos autovalores (queremos saber se a escala é unidimensional), pelas cargas fatoriais, “uniqueness” (quantidade de variância de cada variável observada não explicada pelo modelo) e pelo critério de Kaiser–Meyer–Olkin (KMO).

MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

A tabela 10 apresenta o conjunto das variáveis analisadas e o valor atribuído a cada resposta.

TABELA 10

Variáveis observadas, respostas e valores atribuídos na construção da variável latente “militarização da segurança pública”.

Eixo militarismo	Abreviatura	Respostas	Score
Fim da justiça militar para as polícias militares.	fim_jus_militar	Concordo totalmente	0
		Concordo em parte	1
		Discordo totalmente	3
		Discordo em parte	2
		Não sei	.
Retirar as polícias militares e os corpos de bombeiros militares como forças auxiliares do exército (fim do controle e fim da Inspeção das PMs).	fim_aux_exercit	Concordo totalmente	0
		Concordo em parte	1
		Discordo totalmente	3
		Discordo em parte	2
		Não sei	.
Regulamentação do direito à sindicalização e de greve dos policiais militares.	direito_greve	Concordo totalmente	0
		Concordo em parte	1
		Discordo totalmente	3
		Discordo em parte	2
		Não sei	.
Eliminação de hierarquias militares	fim_hierarquias	Concordo totalmente	0
		Concordo em parte	1
		Discordo totalmente	3
		Discordo em parte	2
		Não sei	.
Vedação de punições administrativas e disciplinares	veda_punicoes	Concordo totalmente	0
		Concordo em parte	1
		Discordo totalmente	3
		Discordo em parte	2
		Não sei	.
Extinção dos Inquéritos Policiais Militares	fim_ipms	Concordo totalmente	0
		Concordo em parte	1
		Discordo totalmente	3
		Discordo em parte	2
		Não sei	.
Reorientar o foco de trabalho das Polícias Militares para proteção dos direitos de cidadania.	direitos_cidadania	Concordo totalmente	0
		Concordo em parte	1
		Discordo totalmente	3
		Discordo em parte	2
		Não sei	.
As polícias militares e os corpos de bombeiros militares devem [...] ser controladas e coordenadas ao Exército, como forças auxiliares, e devem se organizar de modo semelhante ao Exército.	subord_exercito	Concordo totalmente	3
		Concordo em parte	2
		Discordo totalmente	0
		Discordo em parte	1
		Não sei	.

continua

TABELA 10 (CONTINUAÇÃO)

Variáveis observadas, respostas e valores atribuídos na construção da variável latente “militarização da segurança pública”.

Eixo militarismo	Abreviatura	Respostas	Score
As polícias militares e os corpos de bombeiros militares devem ser exclusivamente subordinados ao poder público estadual /governadores.	subord_gov_uf	Concordo totalmente	0
		Concordo em parte	1
		Discordo totalmente	3
		Discordo em parte	2
		Não sei	.
Policiais militares devem ser julgados exclusivamente pela Justiça Militar	julgamento_militar	Concordo totalmente	3
		Concordo em parte	2
		Discordo totalmente	0
		Discordo em parte	1
		Não sei	.
A hierarquia nas polícias e demais forças de segurança provoca desrespeito e injustiças profissionais.	hierarquia_injusticas	Concordo totalmente	0
		Concordo em parte	1
		Discordo totalmente	3
		Discordo em parte	2
		Não sei	.
O fim da prisão disciplinar contribui com a democratização dos regimentos disciplinares das polícias militares e com a proteção de direitos de seus integrantes.	fim_prisao_positiv	Concordo totalmente	0
		Concordo em parte	1
		Discordo totalmente	3
		Discordo em parte	2
		Não	.
Hierarquia e disciplina rigorosas tornam desnecessário o controle interno da atividade de segurança (por exemplo, as corregedorias).	prescinde_cont_int	Concordo totalmente	3
		Concordo em parte	2
		Discordo totalmente	0
		Discordo em parte	1
		Não	.
Hierarquia e disciplinas rigorosas tornam desnecessário o controle externo da atividade de segurança (por exemplo, as ouvidorias ou o MP)	prescinde_cont_ext	Concordo totalmente	3
		Concordo em parte	2
		Discordo totalmente	0
		Discordo em parte	1
		Não	.
O fim da prisão disciplinar prejudicou as condições de disciplina e hierarquia das instituições militares.	fim_prisao_negativ	Concordo totalmente	3
		Concordo em parte	2
		Discordo totalmente	0
		Discordo em parte	1
		Não	.

Fonte: Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

Na primeira rodada de análises⁷ ficou claro que quatro variáveis observadas não se encaixavam no modelo e foram retiradas da análise subsequente. Ao observar tais variáveis, podemos perceber que a primeira diz mais a respeito da orientação do trabalho policial do que sobre a organização ou sobre as carreiras militares em si⁸, a segunda diz respeito à vinculação política das instituições militares e, por fim, as duas últimas, embora tratem de hierarquia e disciplina, temas relacionados com o militarismo, não são exclusivos deste. Esta externalidade em relação às instituições e carreiras militares em si pode explicar o fato de tais variáveis não integrarem a escala.

- Reorientar o foco de trabalho das Polícias Militares para proteção dos direitos de cidadania.
- As polícias militares e os corpos de bombeiros militares devem ser exclusivamente subordinados ao poder público estadual /governadores.
- Hierarquia e disciplina rigorosas tornam desnecessário o controle interno da atividade de segurança (por exemplo, as corregedorias).
- Hierarquia e disciplinas rigorosas tornam desnecessário o controle externo da atividade de segurança (por exemplo, as ouvidorias ou o MP)

A escala final, com onze itens, ficou com uma boa medida de confiabilidade (Alfa de Cronbach: 0.81). Os autovalores e as cargas fatoriais de cada pergunta podem ser vistos nas duas tabelas a seguir.

⁷ Ver tabelas 25, 26, 27 e 28, no anexo.

⁸ Surpreendentemente o grau de concordância com essa afirmação foi bastante alto, de modo que ela não diferencia substantivamente a amostra. Essa não variação pode explicar por que ela não se encaixou no modelo de variável latente.

TABELA 11

Análise fatorial exploratória para a variável latente “militarização da segurança pública”, com 11 itens

Análise fatorial Método: PCF Rotação: Não-rotacionado	Número de observações = 4,879 Fatores retidos = 3 Número de parâmetros = 30
---	---

Factor	Eigenvalue (autovalor)	Diferença	Proporção	Cumulativa
Factor1	3,902	2,516	0,355	0,355
Factor2	1,386	0,188	0,126	0,481
Factor3	1,198	0,311	0,109	0,590
Factor4	0,886	0,153	0,081	0,670
Factor5	0,734	0,012	0,067	0,737
Factor6	0,722	0,154	0,066	0,803
Factor7	0,568	0,084	0,052	0,854
Factor8	0,484	0,058	0,044	0,898
Factor9	0,426	0,032	0,039	0,937
Factor10	0,393	0,092	0,036	0,973
Factor11	0,302	.	0,027	1,000

LR test: independent vs. Saturated $\chi^2(55) = 1.5e+04$ Prob> $\chi^2 = 0.0000$

Fonte: Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=4.879).

TABELA 12

Análise fatorial exploratória para a variável latente “militarização da segurança pública”, com 11 itens - cargas fatoriais

Variável	Fator1	Fator2	Fator3	Uniqueness
fim_jus_militar	0,725	-0,3366	-0,1346	0,343
fim_aux_exercit	0,6999	-0,2504	0,048	0,4452
direito_greve	0,5536	0,2218	-0,0711	0,6393
fim_hierarquias	0,7532	0,0965	-0,2243	0,373
veda_punicoes	0,5106	0,5529	-0,2786	0,356
fim_ipms	0,7403	0,0292	-0,2425	0,3923
subord_exercito	0,5333	-0,4016	0,2769	0,4776
juulgamento_militar	0,471	-0,6285	0,0306	0,3822
hierarquia_injusticas	0,565	0,3153	-0,2391	0,5242
fim_prisao_positiv	0,4258	0,3887	0,6069	0,2993
fim_prisao_negativ	0,4443	0,1946	0,6947	0,2821

Fonte: Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=4.879).

Uma regra geral sobre a EFA é que só devem ser considerados os *eigenvalues* (autovalores) maiores que 1. Assim, com base nos resultados da tabela 11, podemos imediatamente descartar os fatores de 4 a 11 e considerar que nossa escala de Militarismo tem no máximo três fatores (lembrando que uma escala de um fator é uma escala unifatorial ou unidimensional). A análise seguinte diz respeito à diferença entre o primeiro e o segundo fator - o fator 2 tem um autovalor mais que duas vezes maior que o segundo. Assim, podemos dizer com razoável segurança que nossa escala tem um fator e podemos, portanto, interpretar que há uma variável latente, o militarismo, na nossa amostra e que essa escala pode ser considerada unidimensional.

Todas as análises foram feitas também com duas amostras separadas. Inicialmente apenas com respostas de PMs e BPMs e, depois, apenas com as respostas de integrantes das instituições não militares. Entre os não militares (PF, PC, PRF, etc.), o modelo perdeu um pouco de força, mas permaneceu bastante consistente, com as mesmas variáveis incorporadas e com solução unifatorial. Assim, podemos dizer que a variável latente militarização da segurança pública não estrutura apenas o pensamento dos membros das organizações policiais militares, mas também daqueles que pertencem a organizações não militares.

Uma vez que encontramos uma escala funcional, podemos situar cada respondente em um ponto dessa escala e comparar se há diferença entre instituições militares e não militares. A tabela a seguir mostra essa comparação.

TABELA 13
Médias no score “Militarização da segurança pública” entre militares e não militares.

Grupo	Número	Média	Intervalo de confiança (95%)
Não militares	2.409	1,34	1,31 1,36
Militares	3.512	1,47	1,45 1,49

Teste t: Pr(T > t) = 0.0000

Fonte: Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.921).

Ao observarmos o resultado da escala, que vai de 0 a 3, podemos perceber que a média de pontuação dos policiais e bombeiros militares é 1,47, já entre os não militares é de 1,34. Em um primeiro momento, a diferença pode parecer pequena, mas é importante lembrar que nossa escala é estreita e, além disso, o teste t e os intervalos de confiança mostram que a diferença, ainda que pequena, tem significância estatística. De todo modo, em uma pesquisa subsequente pode haver maior variedade de perguntas para captar áreas em que essas diferenças poderiam se manifestar com maior clareza.

Desta análise, decorre que a ideia de militarização da segurança pública é estruturante para os respondentes deste bloco de questões da pesquisa. A escala aqui demonstrada permite vislumbrar que há uma variável de militarização da segurança pública que pode ser observada nos resultados da Escuta dos profissionais de segurança pública 2021, seja entre integrantes de instituições militares, isto é, policiais militares e bombeiros militares, e de instituições não militares, como policiais civis, federais e rodoviários federais. Significa dizer que as respostas oferecidas por tais profissionais em questões que abordam aspectos das instituições e carreiras militares caminham de forma semelhante, mas que variam a depender da pertença institucional. Os resultados desta análise indicam que os profissionais militares têm defendido maior militarização das carreiras e instituições militares e sua autonomização em relação aos controles civis, enquanto os integrantes de instituições não militares apresentam pensamento um pouco distinto. A hipótese aqui subjacente é que a militarização para os militares é vista como uma “teoria de mudança” para o campo da segurança pública, em que, quanto maior militarização, maiores os efeitos desejados no controle do crime.

PERMANÊNCIA E REFORMA NAS CARREIRAS E INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Outro tema de interesse para a área é pensar sobre a necessidade ou não de mudanças na segurança pública, na organização das carreiras e das atribuições. A tabela a seguir descreve as variáveis identificadas como descrevendo percepções de maior ou menor necessidade de mudanças. Nesse caso as perguntas foram valoradas de 0 (nenhuma necessidade de mudança) a 3 (necessidade de grandes mudanças).

TABELA 14
Variáveis observadas, respostas e valores atribuídos na construção da variável latente “mudança”.

Eixo mudança	Abreviatura	Respostas	Score
Em sua opinião, qual seria o modelo mais adequado para a realidade brasileira	modelo_adequado	Criação de uma nova polícia, de ciclo completo, de caráter civil, com hierarquia e organizada em carreira única.	3
		Criação de uma nova polícia, de ciclo completo, de caráter civil, com hierarquia e organizada em diferentes carreiras.	3
		Unificação das Polícias Militares com as Polícias Cíveis, formando novas polícias estaduais integradas (de ciclo completo) e civis.	2
		Unificação das Polícias Militares com as Polícias Cíveis, formando novas polícias estaduais integradas (de ciclo completo) e militares.	2
		Implantação de polícias com ciclo completo de policiamento, atuando, cada uma delas, em uma circunscrição geográfica determinada.	1
		Implantação de polícias com ciclo completo de policiamento, atuando, cada uma delas, de acordo com os tipos de crimes.	1
		Manutenção do atual modelo de polícias estaduais, sem alterações quanto à divisão de atribuições entre polícia militar (ostensiva) e polícia civil (judiciária).	0
		Não tenho opinião formada sobre o assunto.	.
As atuais carreiras policiais são adequadas e deveriam ser mantidas	manter_carreiras	Concordo totalmente	0
		Concordo em parte	1
		Discordo totalmente	3
		Discordo em parte	2
		Não sei	.
As polícias deveriam ser organizadas em carreira única, com uma única porta de entrada (concurso para ingresso).	carreira_unica	Concordo totalmente	3
		Concordo em parte	2
		Discordo totalmente	0
		Discordo em parte	1
		Não sei	.
As atuais estruturas hierárquicas e de gestão dos Profissionais de Segurança Pública são eficientes.	estrutura_eficientes	Concordo totalmente	0
		Concordo em parte	1
		Discordo totalmente	3
		Discordo em parte	2
		Não sei	.
Reorientar o foco de trabalho das Polícias Militares para proteção dos direitos de cidadania.	pm_foco_direitos	Concordo totalmente	3
		Concordo em parte	2
		Discordo totalmente	0
		Discordo em parte	1
		Não sei	.

Fonte: Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

No primeiro passo da análise, a avaliação da matriz de correlação, foi possível perceber que na maior parte dos casos as correlações entre as variáveis são baixas, apesar de serem todas com significância estatística.

TABELA 15
Matriz de correlação (Pearson) das variáveis observadas para a construção da variável latente “mudança”

	modelo_adequado	manter_carreiras	carreira_unica	estrutura_eficientes	pm_foco_direitos
modelo_adequado	1				
manter_carreiras	0,286	1,000			
carreira_unica	0,275	0,259	1,000		
estrutura_eficientes	0,247	0,449	0,153	1,000	
pm_foco_direitos	0,117	0,052	0,059	0,098	1,000

Fonte: Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.506).

De todo modo, as análises subsequentes (anexo, tabelas 29 e 30) foram ambíguas em relação a ideia de variável latente “mudança”. Por um lado, as cargas fatoriais foram razoavelmente altas, mas por outro, a quantidade de variação não explicada pelo modelo em cada variável observada pareceu muito alto (dado pelos valores da coluna *uniqueness*). Em outras palavras, esses resultados não indicam que existe uma variável estruturante referente a preferência por mudanças, o que impediu a consolidação de uma escala.

Vários fatores podem explicar esse resultado. Contudo, a hipótese aqui levantada é a de que não existe uma proposta amplamente conhecida, debatida e validada de segurança pública a respeito da qual haja posicionamento por parte da maioria dos profissionais do campo. Isto é, não há uma teoria de mudança que encontre eco ou promova consensos entre os diferentes segmentos que compõem o campo da segurança pública. A partir das respostas dos profissionais é perceptível que há desejo de mudança, mas as respostas do conjunto dos respondentes não caminham no mesmo sentido neste bloco de questões.

Mais do que respostas, nossas análises ajudam a formular perguntas. Se por um lado encontramos um conceito/variável latente de “militarização da segurança pública” a respeito do qual os respondentes se posicionam de forma consistente (contra ou a favor), não

obtivemos o mesmo resultado em relação à necessidade de mudança na área de segurança pública. Uma hipótese a ser explorada é que há um desequilíbrio no debate da segurança pública que favorece questões ideológicas em detrimento das questões estruturais. Pesquisas futuras podem se estruturar para testar explicitamente essa hipótese e incluir o eixo das pautas corporativas para entender como ela afeta os outros dois eixos.

Os exercícios ora apresentados não pretenderam esgotar o objeto, mas sim conduzir uma aproximação mais analítica com as opiniões dos profissionais de segurança pública sobre mudanças e suas carreiras e instituições e, assim, promover o debate sobre caminhos possíveis de modernização da área. Trabalhos subsequentes poderão lançar luz aos aspectos aqui destacados ou outros ainda não abordados. De toda forma, fica evidenciada a importância da escuta dos profissionais da área, sem o envolvimento dos quais, nenhuma mudança significativa no campo será possível. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mais uma vez, exerce seu papel de dar visibilidade às diferentes vozes do campo e de seus profissionais, apontando desafios e caminhos nesta árdua tarefa de promover mais segurança em nosso país.

Desta forma, as análises e hipóteses aqui levantadas indicam que entre 2014 e 2021, a preferência pela militarização da segurança pública se fortaleceu como uma das ideologias estruturantes do campo da segurança pública e é, sobretudo entre os integrantes de instituições militares, visto como caminho a ser intensificado nas mudanças do campo. Por outro lado, ao olhar o quadro geral de opiniões sobre transformações mais gerais nas carreiras e instituições do campo, fica evidenciado que não há, hoje, uma teoria de mudança que goze de amplo apoio ou que sequer seja amplamente conhecida. Fica claro, por esta análise, que o esforço do governo Bolsonaro passa por traduzir o seu projeto de poder como aquele que represente, efetivamente, uma teoria de mudança. Contudo, na prática, os dados sugerem que as diferentes correntes de pensamento acabam por se anular, produzindo certa inércia no campo normativo e institucional. Assim, o campo democrático precisa identificar um conjunto de propostas de mudança nas carreiras e instituições e sua vinculação com um fim esperado em termos de eficiência e efetividade no controle do crime da violência, isto é, uma teoria de mudança para a área, poderia ajudar a pavimentar consensos que permitam o salto de qualidade nos resultados da segurança pública do país. É preciso reestabelecer as bases racionais para o diálogo acerca dos rumos e sentidos da segurança pública brasileira.



ANEXO I: TABELAS DETALHADAS POR CORPORAÇÃO

TABELA 16

Modelo mais adequado às corporações policiais, por corporação, 2014 e 2021.

Em sua opinião, qual seria o modelo mais adequado para a realidade brasileira atual?	Polícia Militar		Polícia Civil		Polícia Rodoviária Federal		Polícia Federal		Corpo de Bombeiros		Polícia Científica/Perícia		Total	
	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Criação de uma nova polícia, de ciclo completo, de caráter civil, com hierarquia e organizada em carreira única.	21,7%	19,7%	28,6%	28,5%	34,7%	33,3%	54,0%	23,3%	20,1%	14,0%	18,6%	19,3%	27,1%	22,0%
Criação de uma nova polícia, de ciclo completo, de caráter civil, com hierarquia e organizada em diferentes carreiras.	6,8%	4,6%	13,0%	9,7%	7,0%	4,2%	2,5%	6,9%	5,4%	2,7%	19%	12,1%	7,9%	6,2%
Unificação das Polícias Militares com as Polícias Civis, formando novas polícias estaduais integradas (de ciclo completo) e civis.	26,6%	18,6%	18,1%	21,1%	19,6%	16,7%	10,9%	15,5%	19,5%	10,5%	16,8%	18,6%	21,9%	18,6%
Unificação das Polícias Militares com as Polícias Civis, formando novas polícias estaduais integradas (de ciclo completo) e militares.	13,8%	21,0%	1,6%	2,9%	3,0%	0,0%	1,2%	2,6%	13,3%	14,9%	2,7%	7,1%	9,0%	14,4%
Implantação de polícias com ciclo completo de policiamento, atuando, cada uma delas, em uma circunscrição geográfica.	3,7%	5,4%	2,1%	2,5%	11,3%	29,2%	4,0%	0,9%	2,9%	2,2%	3,1%	5,0%	3,6%	4,3%
Implantação de polícias com ciclo completo de policiamento, atuando, cada uma delas, de acordo com os tipos de crimes.	6,5%	8,2%	3,7%	6,2%	9,9%	16,7%	11,4%	7,8%	5,7%	6,0%	7,2%	2,1%	6,5%	7,3%
Manutenção do atual modelo de polícias estaduais, sem alterações quanto à divisão de atribuições entre polícia.	12,1%	12,3%	22,9%	19,6%	4,1%	0,0%	7,7%	39,7%	17,7%	22,9%	15,0%	20,0%	14,2%	16,0%
Não tenho opinião formada sobre o assunto.	4,0%	10,2%	5,0%	9,4%	6,7%	0,0%	3,5%	3,4%	10,7%	26,7%	10,1%	15,7%	5,0%	11,2%
Outro	4,9%	-	5,2%	-	3,9%	-	4,8%	-	4,7%	-	7,6%	-	5,0%	-

Fonte: Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014 (N=21.101). Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.803).

TABELA 17
Organização das carreiras por corporação,
2014 e 2021.

Abaixo encontram-se afirmações sobre formas de organização das carreiras policiais. Por favor, marque em cada uma sua concordância ou discordância.		Polícia Militar		Polícia Civil		Polícia Rodoviária Federal		Polícia Federal		Corpo de Bombeiros		Polícia Científica/Perícia		Total	
		2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021
As atuais carreiras policiais são adequadas e deveriam ser mantidas.	Concordo totalmente	7,60%	10,20%	8,00%	11,20%	1,40%	0,00%	3,00%	21,40%	8,40%	16,80%	4,50%	10,10%	6,90%	11,20%
	Concordo em parte	28,40%	30,40%	29,90%	30,20%	18,20%	12,00%	7,30%	32,50%	29,40%	35,60%	33,40%	31,10%	23,20%	30,70%
	Discordo totalmente	48,60%	40,60%	44,90%	39,50%	55,70%	64,00%	82,30%	33,30%	44,90%	25,60%	37,90%	29,70%	51,20%	38,80%
	Discordo em parte	15,10%	17,20%	16,50%	17,80%	23,40%	24,00%	7,10%	11,90%	15,60%	19,30%	21,40%	26,40%	15,10%	17,70%
	Não sei	0,40%	1,50%	0,70%	1,40%	1,20%	0,00%	0,30%	0,80%	1,60%	2,70%	2,90%	2,70%	0,60%	1,60%
As atuais carreiras poderiam ser reduzidas, mas mantendo-se a separação entre oficiais/não oficiais e delegados/não delegados.	Concordo totalmente	12,90%	10,10%	16,50%	13,60%	4,40%	8,00%	5,80%	27,80%	13,60%	9,40%	9,80%	4,80%	12,50%	11,30%
	Concordo em parte	27,30%	29,10%	25,00%	22,80%	18,30%	8,00%	6,00%	19,80%	25,10%	28,70%	23,80%	25,90%	23,80%	26,90%
	Discordo totalmente	44,50%	38,20%	44,90%	46,60%	59,10%	64,00%	83,00%	41,30%	42,10%	37,00%	45,00%	50,30%	49,20%	41,00%
	Discordo em parte	12,00%	15,90%	11,10%	12,90%	13,20%	20,00%	4,80%	9,50%	14,10%	16,60%	15,40%	15,00%	11,30%	15,00%
	Não sei	3,40%	6,60%	2,50%	4,10%	5,10%	0,00%	0,50%	1,60%	5,20%	8,30%	6,00%	4,10%	3,20%	5,90%
As polícias deveriam ser organizadas em carreira única, com uma única porta de entrada (concurso para ingresso).	Concordo totalmente	64,80%	69,20%	49,90%	51,90%	62,80%	68,00%	75,50%	37,30%	67,60%	70,50%	36,50%	36,70%	62,10%	62,90%
	Concordo em parte	17,90%	16,80%	23,10%	20,80%	22,40%	28,00%	12,90%	8,70%	15,20%	15,40%	30,30%	34,00%	18,80%	18,10%
	Discordo totalmente	12,90%	9,00%	21,30%	19,90%	9,80%	0,00%	9,80%	48,40%	12,80%	8,90%	22,70%	22,40%	14,50%	13,20%
	Discordo em parte	3,60%	3,00%	4,60%	5,60%	3,30%	4,00%	1,70%	5,60%	2,80%	3,10%	8,00%	4,80%	3,60%	3,90%
	Não sei	0,90%	1,90%	1,10%	1,90%	1,70%	0,00%	0,20%	0,00%	1,60%	2,10%	2,50%	2,00%	1,00%	1,90%
As polícias deveriam ser organizadas em carreira única, mas deveria haver a possibilidade de mais do que uma única porta de entrada [...], de modo a selecionar profissionais já com experiência e formação acadêmica específica [...]	Concordo totalmente	27,20%	25,70%	26,80%	26,20%	22,30%	16,00%	21,00%	9,50%	27,20%	27,20%	29,20%	17,70%	26,30%	25,40%
	Concordo em parte	29,50%	32,30%	29,70%	30,40%	32,10%	56,00%	28,50%	27,80%	31,00%	32,00%	32,50%	36,70%	29,00%	31,90%
	Discordo totalmente	33,10%	29,60%	37,40%	33,80%	35,5%	20,00%	41,70%	50,80%	31,90%	29,30%	29,40%	34,70%	34,90%	31,30%
	Discordo em parte	8,10%	8,70%	7,20%	6,60%	7,40%	8,00%	7,10%	10,30%	7,50%	7,70%	6,00%	6,10%	7,70%	8,00%
	Não sei	2,10%	3,70%	2,00%	3,00%	2,70%	0,00%	1,80%	1,60%	2,40%	3,70%	2,90%	4,80%	2,10%	3,40%
A perícia deveria ser organizada em carreiras autônoma.	Concordo totalmente	30,20%	23,80%	30,20%	23,60%	29,90%	40,00%	48,00%	19,00%	23,20%	14,80%	68,40%	62,60%	32,50%	23,90%
	Concordo em parte	20,70%	24,10%	21,70%	20,00%	22,50%	24,00%	22,50%	19,80%	23,00%	24,10%	14,50%	15,00%	21,20%	22,60%
	Discordo totalmente	22,70%	14,50%	34,20%	39,40%	28,30%	16,00%	20,00%	46,00%	21,70%	16,00%	10,00%	12,90%	24,80%	22,50%
	Discordo em parte	6,20%	6,30%	7,40%	7,90%	9,90%	20,00%	4,30%	9,50%	5,60%	7,50%	4,70%	6,80%	6,30%	7,00%
	Não sei	20,20%	31,30%	6,50%	9,20%	9,40%	0,00%	5,30%	5,60%	26,70%	37,60%	2,50%	2,70%	15,20%	24,00%

Fonte: Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014 (N=21.101). Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=6.182).

TABELA 18
Desmilitarização, por corporação,
2021.

Entre as propostas que mais mobilizam a sociedade brasileira hoje está a “desmilitarização” das polícias militares. Porém, não há consenso sobre o que significaria esta ação. Abaixo encontram-se afirmações sobre formas de desmilitarização das polícias militares. Por favor, marque em cada uma sua concordância ou discordância.	Polícia Militar	Polícia Civil	Polícia Rodoviária Federal	Polícia Federal	Corpo de Bombeiros	Polícia Científica/Perícia	Total	
	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	
Fim da justiça militar para as polícias militares.	Concordo totalmente	19,8%	43,2%	62,5%	42,0%	12,0%	36,8%	27,2%
	Concordo em parte	19,6%	19,3%	8,3%	22,3%	17,4%	18,4%	19,3%
	Discordo totalmente	42,8%	14,9%	8,3%	14,3%	48,0%	17,6%	33,6%
	Discordo em parte	13,1%	10,1%	8,3%	16,1%	12,0%	14,7%	12,2%
	Não sei	4,7%	12,5%	12,5%	5,4%	10,6%	12,5%	7,7%
Retirar as polícias militares e os corpos de bombeiros militares como forças auxiliares do exército (fim do controle e fim da Inspeção das PMs).	Concordo totalmente	31,5%	39,8%	66,7%	43,8%	17,6%	36,0%	33,4%
	Concordo em parte	23,7%	18,7%	8,3%	17,9%	18,6%	19,9%	21,5%
	Discordo totalmente	28,0%	15,2%	0,0%	12,5%	43,9%	15,4%	24,7%
	Discordo em parte	11,5%	7,9%	16,7%	8,9%	11,8%	9,6%	10,4%
	Não sei	5,3%	18,4%	8,3%	17,0%	8,1%	19,1%	10,0%
Regulamentação do direito à sindicalização e de greve dos policiais militares.	Concordo totalmente	47,4%	50,9%	70,8%	36,6%	35,1%	44,9%	47,3%
	Concordo em parte	25,7%	24,7%	16,7%	32,1%	30,1%	25,7%	25,8%
	Discordo totalmente	17,0%	9,0%	4,2%	17,9%	19,0%	9,6%	14,5%
	Discordo em parte	6,7%	4,7%	8,3%	6,3%	9,3%	11,8%	6,4%
	Não sei	3,2%	10,7%	0,0%	7,1%	6,6%	8,1%	5,9%
Eliminação de hierarquias militares.	Concordo totalmente	17,8%	20,4%	41,7%	17,9%	12,2%	14,7%	18,1%
	Concordo em parte	20,8%	25,1%	16,7%	18,8%	20,6%	20,6%	22,0%
	Discordo totalmente	46,9%	29,4%	4,2%	48,2%	50,7%	32,4%	41,5%
	Discordo em parte	12,8%	13,7%	33,3%	10,7%	11,8%	22,8%	13,2%
	Não sei	1,8%	11,5%	4,2%	4,5%	4,8%	9,6%	5,1%
Redução dos mecanismos internos de controle (corregedorias, comissões de justificação, de disciplina, entre outras).	Concordo totalmente	17,3%	7,5%	8,3%	6,3%	10,4%	5,1%	13,3%
	Concordo em parte	31,5%	22,3%	16,7%	10,7%	25,3%	14,0%	27,4%
	Discordo totalmente	35,1%	47,1%	54,2%	69,6%	41,6%	47,8%	40,3%
	Discordo em parte	13,1%	14,7%	20,8%	9,8%	14,9%	27,2%	14,0%
	Não sei	3,1%	8,4%	0,0%	3,6%	7,7%	5,9%	5,1%
Vedações de punições administrativas e disciplinares	Concordo totalmente	17,5%	5,3%	0,0%	2,7%	11,1%	0,7%	12,6%
	Concordo em parte	29,8%	18,3%	8,3%	8,9%	23,8%	13,2%	25,0%
	Discordo totalmente	33,5%	52,3%	66,7%	75,9%	40,5%	50,7%	41,0%
	Discordo em parte	16,5%	16,5%	25,0%	9,8%	17,4%	27,9%	16,8%
	Não sei	2,7%	7,6%	0,0%	2,7%	7,2%	7,4%	4,6%
Extinção dos Inquéritos Policiais Militares	Concordo totalmente	15,2%	35,8%	25,0%	36,6%	10,4%	19,1%	21,5%
	Concordo em parte	23,9%	17,0%	25,0%	16,1%	21,5%	15,4%	21,3%
	Discordo totalmente	40,9%	22,3%	8,3%	24,1%	44,8%	35,3%	35,1%
	Discordo em parte	16,6%	11,4%	25,0%	15,2%	15,2%	18,4%	15,0%
	Não sei	3,4%	13,5%	16,7%	8,0%	8,1%	11,8%	7,1%
Reorientar o foco de trabalho das Polícias Militares para proteção dos direitos de cidadania.	Concordo totalmente	39,7%	49,8%	62,5%	46,4%	33,9%	44,9%	42,6%
	Concordo em parte	37,2%	26,9%	16,7%	40,2%	35,7%	33,1%	33,9%
	Discordo totalmente	9,9%	6,3%	0,0%	2,7%	9,0%	4,4%	8,4%
	Discordo em parte	7,9%	4,7%	16,7%	4,5%	8,6%	5,1%	6,9%
	Não sei	5,3%	12,4%	4,2%	6,3%	12,7%	12,5%	8,2%

Fonte: Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.642).

TABELA 19
Hierarquia e disciplina, por corporação,
2021.

A seguir encontram-se afirmações sobre hierarquia e disciplina nas polícias e demais forças de segurança. Para cada uma das afirmações, assinale sua concordância ou discordância.		Polícia Militar	Polícia Civil	Polícia Rodoviária Federal	Polícia Federal	Corpo de Bombeiros	Polícia Científica/Perícia	Total
		2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021
As polícias militares e os corpos de bombeiros militares devem, como regulamentado no R200 (Decreto nº 88.777/83), ser controladas e coordenadas ao Exército, como forças auxiliares, e devem se organizar de modo semelhante ao Exército	Concordo (totalmente ou em parte)	51,5%	22,0%	8,3%	13,9%	63,9%	25,5%	42,3%
	Discordo (totalmente ou em parte)	45,7%	56,3%	83,3%	66,4%	31,6%	58,2%	48,5%
	Não sei	2,9%	21,6%	8,3%	19,7%	4,5%	16,3%	9,1%
As polícias militares e os corpos de bombeiros militares devem ser exclusivamente subordinados ao poder público estadual/governadores.	Concordo (totalmente ou em parte)	52,8%	56,7%	54,2%	66,4%	63,9%	75,2%	55,6%
	Discordo (totalmente ou em parte)	43,9%	28,9%	33,3%	26,2%	30,1%	15,6%	37,4%
	Não sei	3,3%	14,4%	12,5%	7,4%	6,0%	9,2%	7,0%
Políciais militares devem ser julgados exclusivamente pela Justiça Militar	Concordo (totalmente ou em parte)	74,5%	22,8%	33,3%	24,6%	69,2%	28,4%	56,7%
	Discordo (totalmente ou em parte)	22,8%	67,5%	54,2%	68,0%	26,1%	63,1%	38,1%
	Não sei	2,7%	9,7%	12,5%	7,4%	4,7%	8,5%	5,2%
A hierarquia nas polícias e demais forças de segurança provoca desrespeito e injustiças profissionais	Concordo (totalmente ou em parte)	55,0%	58,3%	66,7%	40,2%	54,7%	61,0%	55,8%
	Discordo (totalmente ou em parte)	43,3%	38,5%	29,2%	58,2%	42,7%	34,8%	41,9%
	Não sei	1,7%	3,2%	4,2%	1,6%	2,6%	4,3%	2,3%
O fim da prisão disciplinar contribui com a democratização dos regimentos disciplinares das polícias militares e com a proteção de direitos de seus integrantes	Concordo (totalmente ou em parte)	79,9%	55,9%	75,0%	63,1%	77,4%	46,1%	71,5%
	Discordo (totalmente ou em parte)	16,1%	15,5%	4,2%	18,9%	17,1%	20,6%	16,1%
	Não sei	4,0%	28,6%	20,8%	18,0%	5,6%	33,3%	12,4%
Hierarquia e disciplina rigorosas tornam desnecessário o controle interno da atividade de segurança (por exemplo, as corregedorias)	Concordo (totalmente ou em parte)	37,6%	20,6%	0,0%	5,7%	32,5%	18,4%	31,0%
	Discordo (totalmente ou em parte)	58,3%	74,5%	95,8%	93,4%	61,9%	78,0%	64,6%
	Não sei	4,1%	4,8%	4,2%	0,8%	5,6%	3,5%	4,4%
Hierarquia e disciplinas rigorosas tornam desnecessário o controle externo da atividade de segurança (por exemplo, as ouvidorias ou o MP)	Concordo (totalmente ou em parte)	40,0%	29,3%	0,0%	13,9%	32,8%	12,1%	34,9%
	Discordo (totalmente ou em parte)	55,2%	66,1%	100,0%	86,1%	60,2%	83,0%	60,2%
	Não sei	4,8%	4,6%	0,0%	0,0%	7,1%	5,0%	4,8%
As atuais estruturas hierárquicas e de gestão dos Profissionais de Segurança Pública são eficientes	Concordo (totalmente ou em parte)	48,6%	27,5%	20,8%	36,9%	60,7%	28,4%	42,6%
	Discordo (totalmente ou em parte)	49,3%	69,3%	79,2%	61,5%	36,5%	68,8%	54,9%
	Não sei	2,1%	3,2%	0,0%	1,6%	2,8%	2,8%	2,5%
O fim da prisão disciplinar prejudicou as condições de disciplina e hierarquia das instituições militares	Concordo (totalmente ou em parte)	23,9%	19,0%	0,0%	19,8%	29,1%	27,0%	22,8%
	Discordo (totalmente ou em parte)	71,6%	47,8%	70,8%	52,1%	65,0%	34,0%	62,9%
	Não sei	4,5%	33,2%	29,2%	28,1%	6,0%	39,0%	14,4%

Fonte: Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.965).

TABELA 20

**Atuação do Ministério Público, por corporação,
2014 e 2021.**

Você acha que o Ministério Público costuma atuar:	Polícia Militar		Polícia Civil		Polícia Rodoviária Federal		Polícia Federal		Corpo de Bombeiros		Polícia Científica/Perícia		Total	
	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Corretamente, auxiliando as polícias a realizar seu trabalho.	6,2%	8,4%	3,4%	5,4%	8,2%	4,2%	8,9%	2,8%	8,7%	11,0%	5,3%	11,6%	6,1%	7,7%
Corretamente, sem maior integração com o trabalho da polícia, mas realizando suas atribuições específicas.	18,9%	16,8%	15,9%	13,4%	29,9%	25,0%	44,4%	16,5%	20,2%	13,7%	30,3%	19,4%	21,9%	15,7%
Com insensibilidade ou indiferença relativamente às dificuldades do trabalho policial, apenas cobrando, mas sem colabo	52,4%	44,5%	59,1%	58,5%	47,6%	54,2%	35,0%	50,5%	44,8%	31,2%	48,3%	48,8%	51,0%	48,0%
Como uma instância que se opõe ao trabalho policial, tornando-o, em vários momentos, mais difícil.	17,0%	18,7%	17,3%	16,3%	9,0%	12,5%	7,7%	28,4%	10,5%	17,0%	6,7%	7,0%	14,9%	17,7%
Não tenho opinião formada sobre o assunto.	5,6%	11,6%	4,2%	6,4%	5,3%	4,2%	4,0%	1,8%	15,9%	27,1%	9,5%	13,2%	6,1%	11,0%

Fonte: Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014 (N=21.101). Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.329).

TABELA 21

**Atuação da justiça, por corporação,
2014 e 2021.**

Você acha que a Justiça costuma atuar:	Polícia Militar		Polícia Civil		Polícia Rodoviária Federal		Polícia Federal		Corpo de Bombeiros		Polícia Científica/Perícia		Total	
	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Corretamente, como uma instituição que coopera com o trabalho policial.	3,5%	4,9%	3,9%	4,1%	1,8%	0,0%	4,7%	0,9%	4,1%	5,8%	2,8%	3,1%	3,7%	4,6%
Corretamente, sem maior integração com o trabalho da polícia, mas realizando suas atribuições específicas.	21,0%	16,9%	26,2%	20,6%	20,5%	16,7%	37,7%	33,0%	19,1%	15,5%	31,4%	23,3%	24,1%	18,4%
Com insensibilidade ou indiferença relativamente às dificuldades do trabalho policial, apenas cobrando, mas sem colabo	51,7%	44,6%	52,9%	53,8%	53,9%	54,2%	41,7%	41,3%	46,3%	35,7%	50,6%	51,9%	50,5%	46,8%
Como uma instância que se opõe ao trabalho policial, tornando-o, em vários momentos, mais difícil.	20,6%	24,7%	14,1%	17,5%	21,0%	25,0%	13,5%	22,9%	20,6%	24,6%	10,2%	9,3%	18,1%	22,1%
Não tenho opinião formada sobre o assunto.	3,3%	9,0%	3,0%	4,0%	2,9%	4,2%	2,5%	1,8%	9,9%	18,4%	5,1%	12,4%	3,7%	8,1%

Fonte: Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014 (N=21.101). Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.304).

TABELA 22

**Vitimização e violação de direitos, por corporação,
2014 e 2021.**

Ao longo da sua experiência profissional, como profissional do sistema de segurança pública, você já foi vítima dos seguintes tipos de violência ou de desrespeito aos seus direitos?	Polícia Militar		Polícia Civil		Polícia Rodoviária Federal		Polícia Federal		Corpo de Bombeiros		Polícia Científica/Perícia		Total	
	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021
Foi baleado em serviço	4,2%	5,2%	3,4%	2,8%	1,4%	0,0%	2,3%	2,8%	0,8%	1,7%	0,5%	0,8%	3,3%	4,0%
Foi baleado durante período de folga	2,2%	2,5%	2,2%	1,1%	1,7%	0,0%	1,1%	1,8%	1,1%	1,2%	0,7%	0,0%	1,9%	1,9%
Foi vítima de violência física em serviço por parte de pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita	36,9%	54,0%	21,7%	30,1%	18,9%	29,2%	12,1%	14,7%	10,0%	15,7%	2,8%	7,8%	26,9%	41,7%
Foi vítima de violência física durante período de folga por parte de pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita	13,6%	21,2%	9,4%	12,3%	5,6%	8,3%	5,8%	10,1%	6,9%	9,7%	2,6%	7,8%	10,6%	17,0%
Foi ameaçado de morte ou de sofrer violência física por pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita	58,7%	63,8%	49,8%	49,7%	33,9%	33,3%	27,6%	36,7%	19,1%	23,0%	11,2%	17,1%	47,7%	54,5%
Presenciou a morte de um colega em serviço		25,2%		13,5%		4,2%		16,5%		9,4%		4,7%		19,7%
Sofreu acidente de trânsito em serviço	42,3%	53,6%	28,3%	30,1%	38,7%	41,7%	31,1%	28,4%	32,1%	36,3%	17,0%	20,2%	36,3%	43,8%
Foi discriminado por ser policial ou profissional do sistema de segurança	77,3%	76,2%	62,6%	63,0%	54,7%	66,7%	48,2%	46,8%	44,1%	38,3%	32,8%	35,7%	66,0%	67,6%
Foi acusado injustamente da prática de ato ilícito	39,3%	51,7%	31,3%	40,2%	32,2%	45,8%	21,5%	33,9%	22,6%	21,3%	17,2%	19,4%	17,2%	44,7%
Teve seu direito de defesa negado ou cerceado pela corporação	34,3%	28,6%	17,1%	18,8%	15,4%	25,0%	18,6%	15,6%	31,0%	24,5%	9,5%	12,4%	9,5%	24,7%
Teve seus direitos trabalhistas (pagamento do salário em dia, férias, 13º salário, pagamento de horas extras etc.) desrespeitados	41,6%	47,3%	43,8%	57,6%	36,6%	33,3%	33,3%	23,9%	42,6%	41,2%	37,7%	44,2%	37,7%	49,3%
Foi vítima de tortura em treinamento ou fora dele (imposição deliberada de sofrimento físico ou mental).	38,8%	23,4%	11,1%	8,7%	12,8%	12,5%	12,1%	5,6%	41,3%	28,5%	4,4%	3,1%	27,9%	18,4%
Foi vítima de violência física por parte de outro policial.	6,8%	9,0%	3,6%	3,8%	2,0%	4,2%	2,3%	1,9%	6,3%	9,0%	1,6%	2,3%	5,2%	7,1%
Foi ameaçado de morte ou de sofrer violência física por outro policial.	9,1%	10,4%	9,9%	11,8%	7,8%	12,5%	7,4%	6,5%	5,7%	8,5%	4,4%	4,7%	8,6%	10,5%
Foi humilhado / desrespeitado por superior hierárquico.	64,4%	56,7%	51,2%	53,9%	36,9%	45,8%	61,5%	40,7%	67,4%	55,5%	38,6%	34,4%	59,6%	54,8%
Foi vítima de racismo.	7,0%	6,8%	4,0%	4,5%	4,1%	16,7%	2,6%	2,8%	6,4%	6,6%	2,8%	3,9%	5,5%	5,9%
Foi vítima de assédio sexual (tentativa constrangedora de obter favores sexuais por parte de superior hierárquico).	3,7%	6,2%	3,3%	8,7%	1,8%	8,3%	1,5%	1,9%	3,1%	5,8%	1,4%	7,0%	3,2%	6,9%
Foi vítima de discriminação por conta de seu gênero (por ser homem ou por ser mulher).	7,7%	8,8%	10,8%	17,4%	8,1%	20,8%	7,0%	11,1%	8,2%	7,8%	6,5%	14,1%	8,3%	11,6%
Foi discriminado por conta de sua orientação sexual ou identidade de gênero (por ser homossexual, bissexual ou transexual, por exemplo).	1,5%	1,8%	1,3%	1,8%	0,7%	0,0%	1,1%	0,0%	1,6%	2,4%	0,7%	3,1%	1,4%	1,8%
Foi discriminado por conta de suas convicções religiosas ou por ser membro de congregação, igreja ou movimento religioso.	13,3%	10,0%	6,1%	7,7%	7,1%	4,2%	4,0%	1,9%	15,3%	12,2%	4,7%	3,9%	10,2%	9,1%
Foi discriminado por conta de suas convicções políticas ou por ser simpatizante de partido político.	16,4%	20,0%	11,7%	21,3%	7,4%	37,5%	8,7%	13,0%	18,8%	19,7%	11,6%	15,6%	14,2%	20,2%

Fonte: Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014 (N=21.101). Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.284).

TABELA 23

Fatores que atrapalham o trabalho policial, por corporação, 2021.

As polícias e os demais órgãos de segurança pública no Brasil enfrentam dificuldades para um melhor desempenho. Na sua opinião, qual a importância dos fatores abaixo quanto às dificuldades do trabalho da polícia?		Polícia Militar	Polícia Civil	Polícia Rodoviária Federal	Polícia Federal	Corpo de Bombeiros	Polícia Científica/Perícia	Total
		2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021
Baixos salários	Muito importante	86,0%	84,7%	87,5%	80,7%	77,9%	75,0%	84,6%
	Importante	13,0%	14,1%	12,5%	19,3%	18,6%	22,7%	14,1%
	Pouco importante	0,7%	1,0%	0,0%	0,0%	2,3%	2,3%	1,0%
	Nada importante	0,3%	0,2%	0,0%	0,0%	1,2%	0,0%	0,3%
Contingente policial insuficiente	Muito importante	81,6%	89,9%	70,8%	75,2%	84,9%	81,8%	84,1%
	Importante	16,5%	9,1%	25,0%	22,0%	12,8%	16,7%	14,2%
	Pouco importante	1,4%	0,7%	4,2%	2,8%	1,4%	0,8%	1,2%
	Nada importante	0,5%	0,2%	0,0%	0,0%	0,9%	0,8%	0,5%
Falta de verbas para equipamentos e armas	Muito importante	76,6%	82,3%	54,2%	62,4%	78,1%	77,3%	78,0%
	Importante	21,2%	15,8%	37,5%	33,0%	19,8%	21,2%	19,8%
	Pouco importante	1,7%	1,7%	8,3%	4,6%	0,9%	0,8%	1,7%
	Nada importante	0,5%	0,3%	0,0%	0,0%	1,2%	0,8%	0,5%
Formação e treinamento deficientes	Muito importante	74,5%	81,6%	83,3%	77,1%	73,0%	81,1%	76,7%
	Importante	23,0%	17,0%	16,7%	21,1%	23,0%	18,2%	21,0%
	Pouco importante	1,8%	1,1%	0,0%	1,8%	2,3%	0,0%	1,6%
	Nada importante	0,7%	0,3%	0,0%	0,0%	1,6%	0,8%	0,6%
Falta de participação da sociedade nas políticas de segurança	Muito importante	49,4%	44,0%	58,3%	36,7%	49,1%	40,9%	47,3%
	Importante	33,5%	38,0%	29,2%	40,4%	36,7%	44,7%	35,5%
	Pouco importante	13,3%	15,0%	12,5%	20,2%	10,7%	12,9%	13,7%
	Nada importante	3,8%	3,0%	0,0%	2,8%	3,5%	1,5%	3,5%
Desvalorização da perícia técnica e da produção de provas de boa qualidade	Muito importante	59,3%	67,5%	54,2%	46,8%	55,6%	91,7%	62,0%
	Importante	33,9%	26,2%	41,7%	38,5%	38,4%	6,8%	31,4%
	Pouco importante	4,9%	4,2%	4,2%	11,9%	3,5%	0,8%	4,6%
	Nada importante	1,9%	2,1%	0,0%	2,8%	2,6%	0,8%	2,0%
Desvalorização do trabalho investigativo	Muito importante	61,5%	87,5%	62,5%	79,8%	58,6%	79,5%	69,8%
	Importante	32,9%	10,6%	33,3%	15,6%	36,0%	15,9%	25,7%
	Pouco importante	3,7%	1,0%	4,2%	4,6%	3,3%	4,5%	2,9%
	Nada importante	1,9%	0,9%	0,0%	0,0%	2,1%	0,0%	1,5%
Desvalorização do papel do município na segurança pública e das guardas civis municipais	Muito importante	43,6%	42,3%	45,8%	26,6%	40,9%	35,6%	42,5%
	Importante	35,3%	36,1%	33,3%	41,3%	40,0%	40,2%	36,1%
	Pouco importante	15,5%	17,4%	20,8%	20,2%	14,2%	21,2%	16,2%
	Nada importante	5,6%	4,3%	0,0%	11,9%	4,9%	3,0%	5,2%

continua

TABELA 23 (CONTINUAÇÃO)

Fatores que atrapalham o trabalho policial, por corporação, 2021.

As polícias e os demais órgãos de segurança pública no Brasil enfrentam dificuldades para um melhor desempenho. Na sua opinião, qual a importância dos fatores abaixo quanto às dificuldades do trabalho da polícia?		Polícia Militar	Polícia Civil	Polícia Rodoviária Federal	Polícia Federal	Corpo de Bombeiros	Polícia Científica/Perícia	Total
		2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021
Corrupção nas polícias	Muito importante	65,2%	66,6%	62,5%	67,0%	71,4%	67,4%	66,2%
	Importante	25,7%	25,1%	33,3%	29,4%	22,8%	25,0%	25,4%
	Pouco importante	6,8%	6,3%	4,2%	3,7%	4,7%	6,1%	6,4%
	Nada importante	2,4%	2,0%	0,0%	0,0%	1,2%	1,5%	2,1%
Falta de integração entre as políticas de segurança e outras políticas sociais	Muito importante	65,6%	64,3%	75,0%	63,3%	59,3%	65,9%	64,7%
	Importante	27,2%	28,2%	25,0%	32,1%	33,7%	28,0%	28,1%
	Pouco importante	5,8%	6,1%	0,0%	4,6%	4,2%	3,8%	5,7%
	Nada importante	1,4%	1,5%	0,0%	0,0%	2,8%	2,3%	1,5%
Falta de integração entre as diferentes polícias	Muito importante	72,7%	69,0%	83,3%	67,0%	66,5%	79,5%	71,2%
	Importante	23,9%	25,0%	16,7%	29,4%	28,4%	18,2%	24,5%
	Pouco importante	2,5%	4,8%	0,0%	3,7%	2,8%	2,3%	3,2%
	Nada importante	0,9%	1,2%	0,0%	0,0%	2,3%	0,0%	1,0%
Ausência de capacitação gerencial para gerenciamento da instituição	Muito importante	62,3%	73,4%	62,5%	66,1%	56,3%	72,7%	65,4%
	Importante	31,4%	24,2%	29,2%	30,3%	37,2%	22,7%	29,4%
	Pouco importante	4,9%	1,8%	8,3%	3,7%	3,5%	3,0%	3,8%
	Nada importante	1,4%	0,6%	0,0%	0,0%	3,0%	1,5%	1,3%
Mau funcionamento do Sistema Penitenciário	Muito importante	72,9%	64,0%	54,2%	67,0%	72,8%	60,6%	69,7%
	Importante	22,2%	29,3%	33,3%	26,6%	21,4%	31,1%	24,6%
	Pouco importante	3,5%	5,5%	12,5%	6,4%	3,7%	7,6%	4,3%
	Nada importante	1,4%	1,2%	0,0%	0,0%	2,1%	0,8%	1,4%
Leis Penais inadequadas	Muito importante	82,6%	69,5%	45,8%	56,0%	72,0%	63,6%	76,7%
	Importante	14,0%	21,5%	20,8%	34,9%	21,7%	25,8%	17,6%
	Pouco importante	2,3%	7,4%	29,2%	8,3%	2,8%	8,3%	4,3%
	Nada importante	1,0%	1,7%	4,2%	0,9%	3,5%	2,3%	1,4%
Políticas sociais preventivas insuficientes	Muito importante	70,1%	72,1%	79,2%	63,3%	65,3%	71,2%	70,3%
	Importante	24,5%	22,9%	20,8%	33,0%	28,7%	25,0%	24,5%
	Pouco importante	4,1%	4,0%	0,0%	3,7%	4,2%	3,8%	4,0%
	Nada importante	1,3%	1,0%	0,0%	0,0%	1,9%	0,0%	1,2%
Falta de uma Política de Segurança Pública	Muito importante	73,0%	76,5%	70,8%	69,7%	66,7%	64,4%	73,3%
	Importante	23,4%	20,8%	25,0%	29,4%	30,3%	33,3%	23,5%
	Pouco importante	2,6%	1,9%	4,2%	0,9%	1,6%	1,5%	2,3%
	Nada importante	1,1%	0,7%	0,0%	0,0%	1,4%	0,8%	1,0%

continua

TABELA 23 (CONTINUAÇÃO)

Fatores que atrapalham o trabalho policial, por corporação, 2021.

As polícias e os demais órgãos de segurança pública no Brasil enfrentam dificuldades para um melhor desempenho. Na sua opinião, qual a importância dos fatores abaixo quanto às dificuldades do trabalho da polícia?		Polícia Militar	Polícia Civil	Polícia Rodoviária Federal	Polícia Federal	Corpo de Bombeiros	Polícia Científica/Perícia	Total
		2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021
Priorização de prisões, em vez de adoção de policiamento comunitário e ações preventivas	Muito importante	36,7%	41,9%	54,2%	24,8%	40,8%	41,7%	38,5%
	Importante	33,2%	31,4%	25,0%	37,6%	35,9%	33,3%	32,9%
	Pouco importante	22,0%	20,6%	12,5%	30,3%	18,4%	17,4%	21,3%
	Nada importante	8,1%	6,2%	8,3%	7,3%	4,9%	7,6%	7,3%
Ênfase desproporcional das políticas de segurança na repressão ao tráfico de drogas	Muito importante	51,1%	47,7%	50,0%	31,2%	51,7%	40,9%	49,5%
	Importante	32,6%	33,6%	29,2%	30,3%	33,3%	37,1%	33,0%
	Pouco importante	10,8%	13,6%	8,3%	26,6%	9,8%	15,2%	12,0%
	Nada importante	5,5%	5,0%	12,5%	11,9%	5,1%	6,8%	5,5%
Ação de setores da mídia que transformam a violência em espetáculo	Muito importante	66,2%	57,4%	50,0%	45,0%	61,5%	49,2%	62,3%
	Importante	22,1%	25,1%	25,0%	33,0%	27,0%	27,3%	23,7%
	Pouco importante	6,9%	12,4%	25,0%	16,5%	7,0%	18,2%	9,1%
	Nada importante	4,8%	5,1%	0,0%	5,5%	4,4%	5,3%	4,9%
Interferências políticas	Muito importante	73,5%	78,9%	87,5%	60,6%	68,8%	68,2%	74,4%
	Importante	17,2%	14,8%	12,5%	35,8%	24,0%	24,2%	17,6%
	Pouco importante	4,3%	3,1%	0,0%	3,7%	3,0%	5,3%	3,8%
	Nada importante	5,0%	3,2%	0,0%	0,0%	4,2%	2,3%	4,2%
Envolvimento de profissionais de segurança pública com organizações criminosas/milícias	Muito importante	63,3%	67,6%	58,3%	61,5%	62,9%	66,7%	64,6%
	Importante	24,3%	22,1%	29,2%	30,3%	26,8%	23,5%	23,9%
	Pouco importante	7,7%	7,3%	12,5%	8,3%	6,3%	6,1%	7,5%
	Nada importante	4,7%	3,1%	0,0%	0,0%	4,0%	3,8%	4,0%
Rivalidade entre as diferentes polícias	Muito importante	55,4%	58,2%	45,8%	43,1%	47,3%	56,1%	55,3%
	Importante	27,0%	26,9%	33,3%	33,9%	29,6%	27,3%	27,4%
	Pouco importante	12,1%	10,5%	20,8%	22,0%	17,0%	12,1%	12,3%
	Nada importante	5,5%	4,3%	0,0%	0,9%	6,1%	4,5%	5,0%

Fonte: Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.470).

TABELA 24

Procedimentos em casos de ocorrências com resultado morte, por corporação, 2014 e 2021.

Que procedimentos você considera adequados em caso de um policial ou um profissional de segurança participar de ocorrência com resultado morte?	Polícia Militar		Polícia Civil		Polícia Rodoviária Federal		Polícia Federal		Corpo de Bombeiros		Polícia Científica/Perícia		Total		
	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	2014	2021	
Retirar esse profissional, durante um determinado período, da escala normal de trabalho para preservá-lo	Concordo (totalmente ou em parte)	79,1%	85,6%	74,4%	84,9%	72,7%	95,8%	81,7%	93,5%	72,9%	75,6%	77,9%	93,7%	77,6%	85,0%
	Discordo (totalmente ou em parte)	15,6%	12,7%	17,9%	13,4%	19,3%	4,2%	10,4%	6,5%	14,9%	14,8%	12,1%	5,5%	15,5%	12,7%
	Não sei	5,3%	1,7%	7,7%	1,8%	8,0%	0,0%	7,9%	0,0%	12,2%	9,6%	10,0%	0,8%	6,9%	2,3%
Garantir-lhe apoio psicológico	Concordo (totalmente ou em parte)	99,1%	98,4%	98,6%	98,6%	99,4%	100,0%	99,5%	100,0%	98,2%	92,6%	98,4%	100,0%	98,9%	98,1%
	Discordo (totalmente ou em parte)	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,4%	0,0%	0,2%	0,0%	0,5%	1,2%	0,7%	0,0%	0,6%	0,6%
	Não sei	0,4%	1,0%	0,7%	0,8%	0,1%	0,0%	0,3%	0,0%	1,3%	6,2%	0,9%	0,0%	0,5%	1,3%
Encaminhá-lo para período de capacitação, com cursos sobre temas como o uso legal da força, entre outros	Concordo (totalmente ou em parte)	61,4%	66,7%	65,9%	73,9%	61,3%	75,0%	67,3%	68,2%	65,2%	71,2%	69,8%	81,9%	63,6%	69,7%
	Discordo (totalmente ou em parte)	30,1%	30,7%	23,7%	23,9%	27,7%	25,0%	19,4%	30,8%	20,9%	18,2%	17,2%	14,2%	26,3%	27,2%
	Não sei	8,5%	2,7%	10,4%	2,1%	11,1%	0,0%	13,3%	0,9%	14,0%	10,6%	13,0%	3,9%	10,2%	3,1%
Garantir-lhe apoio jurídico	Concordo (totalmente ou em parte)	99,1%	98,9%	98,8%	98,5%	99,6%	100,0%	98,9%	100,0%	97,3%	92,6%	96,1%	100,0%	98,8%	98,3%
	Discordo (totalmente ou em parte)	0,4%	0,3%	0,4%	0,6%	0,1%	0,0%	0,3%	0,0%	0,5%	1,0%	2,1%	0,0%	0,4%	0,4%
	Não sei	0,4%	0,8%	0,8%	0,9%	0,3%	0,0%	0,8%	0,0%	2,2%	6,4%	1,9%	0,0%	70,0%	1,2%

Fonte: Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014 (N=21.101). Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.173).

TABELA 25

Matriz de correlação (Pearson) das variáveis observadas para a construção da variável latente “militarismo”

	fim_jus_militar	fim_aux_exercit	direito_greve	fim_hierarquias	veda_punicoes	fim_ipms	direitos_cidadania	subord_exercito	subord_gov_uf	jujgamento_militar	hierarquia_injusticas	fim_prisao_positiv	prescinde_cont_int	prescinde_cont_ext	fim_prisao_negativ
fim_jus_militar	85,6%	85,6%	74,4%	85,6%	85,6%	74,4%	85,6%	85,6%	74,4%	85,6%	85,6%	74,4%	85,6%	74,4%	85,0%
fim_aux_exercit	12,7%	12,7%	17,9%	12,7%	12,7%	17,9%	12,7%	12,7%	17,9%	12,7%	12,7%	17,9%	12,7%	17,9%	12,7%
direito_greve	1,7%	1,7%	7,7%	1,7%	1,7%	7,7%	1,7%	1,7%	7,7%	1,7%	1,7%	7,7%	1,7%	7,7%	2,3%
fim_hierarquias	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,8%	0,6%
veda_punicoes	1,0%	1,0%	0,7%	1,0%	1,0%	0,7%	1,0%	1,0%	0,7%	1,0%	1,0%	0,7%	1,0%	0,7%	1,3%
fim_ipms	12,7%	12,7%	17,9%	12,7%	12,7%	17,9%	12,7%	12,7%	17,9%	12,7%	12,7%	17,9%	12,7%	17,9%	12,7%
direitos_cidadania	1,7%	1,7%	7,7%	1,7%	1,7%	7,7%	1,7%	1,7%	7,7%	1,7%	1,7%	7,7%	1,7%	7,7%	2,3%
subord_exercito	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,8%	0,6%
subord_gov_uf	1,0%	1,0%	0,7%	1,0%	1,0%	0,7%	1,0%	1,0%	0,7%	1,0%	1,0%	0,7%	1,0%	0,7%	1,3%
jujgamento_militar	12,7%	12,7%	17,9%	12,7%	12,7%	17,9%	12,7%	12,7%	17,9%	12,7%	12,7%	17,9%	12,7%	17,9%	12,7%
hierarquia_injusticas	1,7%	1,7%	7,7%	1,7%	1,7%	7,7%	1,7%	1,7%	7,7%	1,7%	1,7%	7,7%	1,7%	7,7%	2,3%
fim_prisao_positiv	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,8%	0,6%
prescinde_cont_int	1,0%	1,0%	0,7%	1,0%	1,0%	0,7%	1,0%	1,0%	0,7%	1,0%	1,0%	0,7%	1,0%	0,7%	1,3%
prescinde_cont_ext	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%	0,8%	0,6%
fim_prisao_negativ	1,0%	1,0%	0,7%	1,0%	1,0%	0,7%	1,0%	1,0%	0,7%	1,0%	1,0%	0,7%	1,0%	0,7%	1,3%
	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	1,2%

Fonte: Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=4.642).

TABELA 26**Análise de correlação entre itens e alfa de Cronbach para a variável latente “militarismo”**

Test scale = mean (unstandardized items)

Item	Obs	Sign	item-test correlation	item-rest correlation	average interitem covariance	alpha
fim_jus_militar	6341	+	0.6730	0.5689	.1941279	0.7224
fim_aux_exercit	6158	+	0.6526	0.5456	.1970367	0.7256
direito_greve	6516	+	0.5213	0.4055	.2138	0.7398
fim_hierarquias	6544	+	0.6856	0.5895	.1936458	0.7197
veda_punicoes	6573	+	0.5213	0.4004	.2130743	0.7395
fim_ipms	6384	+	0.6942	0.5998	.1932001	0.7194
direitos_cidadania	6333	+	0.4142	0.3037	.2268353	0.7503
subord_exercito	6464	+	0.4396	0.2935	.2199026	0.7496
subord_gov_uf	6759	-	0.1983	0.0442	.2478901	0.7764
juulgamento_militar	6883	+	0.3860	0.2286	.2255883	0.7561
hierarquia_injusticas	7114	+	0.5204	0.3808	.2119921	0.7385
fim_prisao_positiv	6195	+	0.4154	0.2956	.2246031	0.7491
prescinde_cont_int	6950	-	0.2763	0.1352	.2410172	0.7667
prescinde_cont_ext	6884	-	0.2125	0.0674	.2471073	0.7727
fim_prisao_negativ	6025	+	0.4037	0.2769	.2244496	0.7508
Test scale					.2182647	0.7590

Fonte: Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=ver a coluna de observações).

TABELA 27

Análise fatorial exploratória para a variável latente “militarismo”, com 15 itens.

Análise fatorial Método: PCF Rotação: Não-rotacionado	Número de observações = 4,642 Fatores retidos = 4 Número de parâmetros = 54
---	---

Factor	Eigenvalue	Difference	Proportion	Cumulative
Factor1	4,067	2,083	0,271	0,271
Factor2	1,985	0,684	0,132	0,404
Factor3	1,301	0,235	0,087	0,490
Factor4	1,066	0,182	0,071	0,561
Factor5	0,884	0,020	0,059	0,620
Factor6	0,864	0,039	0,058	0,678
Factor7	0,825	0,104	0,055	0,733
Factor8	0,722	0,021	0,048	0,781
Factor9	0,701	0,165	0,047	0,828
Factor10	0,536	0,050	0,036	0,863
Factor11	0,486	0,022	0,032	0,896
Factor12	0,464	0,047	0,031	0,927
Factor13	0,417	0,033	0,028	0,955
Factor14	0,384	0,085	0,026	0,980
Factor15	0,299	.	0,020	1,000

LR test: independent vs. Saturated $\chi^2(105) = 1.8e+04$ Prob> $\chi^2 = 0.0000$

Fonte: Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=4.642).

TABELA 28**Análise fatorial exploratória para a variável latente “militarismo”, com 15 itens - cargas fatoriais**

Variável	Fator1	Fator2	Fator3	Fator4	Uniqueness
fim_jus_militar	0.7228	0.1542	-0.3012	-0.1162	0.3496
fim_aux_exercit	0.6985	0.1436	-0.1855	0.1868	0.4221
direito_greve	0.5545	-0.1477	0.1163	-0.0730	0.6519
fim_hierarquias	0.7511	-0.0937	-0.0536	-0.1378	0.4052
veda_punicoes	0.5152	-0.5033	0.1638	-0.1489	0.4323
fim_ipms	0.7462	-0.0913	-0.1440	-0.1207	0.3996
direitos_cidadania	0.4291	0.0335	-0.0791	0.2015	0.7679
subord_exercito	0.5164	0.3957	-0.0886	0.2218	0.5197
subord_gov_uf	-0.0551	0.1688	-0.3077	0.7628	0.2919
juizamento_militar	0.4615	0.4692	-0.3304	-0.1506	0.4350
hierarquia_injusticas	0.5634	-0.2567	0.0734	-0.1253	0.5956
fim_prisao_positiv	0.4278	-0.0525	0.6127	0.3645	0.3060
prescinde_cont_int	-0.1018	0.7550	0.2168	-0.2044	0.3309
prescinde_cont_ext	-0.0021	0.7496	0.2058	-0.2162	0.3490
fim_prisao_negativ	0.4308	0.2032	0.6510	0.1582	0.3243

Fonte: Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=4.642).

TABELA 29
Análise fatorial exploratória para a variável latente “mudança”

Análise fatorial Método: PCF Rotação: Não-rotacionado	Número de observações = 5,506 Fatores retidos = 1 Número de parâmetros = 5
---	--

Factor	Eigenvalue (autovalor)	Diferença	Proporção	Cumulativa
Factor1	1,910	0,930	0,382	0,382
Factor2	0,980	0,106	0,197	0,578
Factor3	0,880	0,161	0,175	0,754
Factor4	0,720	0,199	0,143	0,897
Factor5	0,520	.	0,103	1,000

LR test: independent vs. Saturated $\chi^2(10) = 2742,22$ Prob> $\chi^2 = 0.0000$

Fonte: Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.506).

TABELA 30**Análise fatorial exploratória para a variável latente “mudança” - cargas fatoriais**

Variável	Fator1	Uniqueness
modelo_adequado	0,6421	0,5877
manter_carreiras	0,7637	0,4167
carreira_unica	0,5919	0,6496
estrutura_eficientes	0,7087	0,4977
pm_foco_direitos	0,2468	0,9391

Fonte: Escuta dos profissionais de segurança pública no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021 (N=5.506).

**ANEXO 2 - TABELAS COM OPINIÃO
DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA
PÚBLICA SOBRE POLÍTICA DE
CONTROLE DE ARMAS DE FOGO
E MEDIDAS CONTRA COVID-19,
ORIGINALMENTE PUBLICADAS NO 15º
ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA
PÚBLICA (2021)**

Tabela 88 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre acesso a armas de fogo, por Corporação Brasil, 2021.**Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Corporação	Posição sobre porte e posse de armas de fogo			
	Liberação ampla	Proibição Total	Uso civil permitido mas com diferentes níveis de restrições	Total
Total	10,4%	16,0%	73,6%	100,0%
Corpo de Bombeiros	17,3%	16,4%	66,3%	100,0%
Guarda Municipal	10,1%	13,7%	76,2%	100,0%
Polícia Civil	6,7%	26,6%	66,7%	100,0%
Polícia Federal	3,2%	29,0%	67,7%	100,0%
Polícia Militar	9,4%	13,5%	77,0%	100,0%
Polícia Penal/Agente penitenciário*	12,1%	15,6%	72,3%	100,0%
Polícia Rodoviária Federal	0,0%	50,0%	50,0%	100,0%
Polícia Técnica/Perícia	6,7%	34,7%	58,7%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

*Exclui Polícia Penal Federal pelo fato de a amostra não ter casos válidos suficientes.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 89 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre acesso a armas de fogo, por Sexo/Gênero
Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Sexo/Gênero	Posição sobre porte e posse de armas de fogo			Total
	Liberação ampla	Proibição Total	Uso civil permitido mas com diferentes níveis de restrições	
Total	10,4%	16,0%	73,6%	100,0%
Feminino	3,7%	28,9%	67,4%	100,0%
Masculino	11,6%	13,7%	74,7%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 90 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre acesso a armas de fogo, por região
Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Região	Posição sobre porte e posse de armas de fogo			Total
	Liberação ampla	Proibição Total	Uso civil permitido mas com diferentes níveis de restrições	
Total	10,4%	16,0%	73,6%	100,0%
Centro-Oeste	12,1%	16,1%	71,8%	100,0%
Nordeste	7,0%	21,0%	72,0%	100,0%
Norte	11,2%	11,7%	77,1%	100,0%
Sudeste	11,1%	16,9%	72,1%	100,0%
Sul	10,1%	13,1%	76,8%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 91 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre acesso a armas de fogo, por Cor/Raça Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Cor/Raça*	Posição sobre porte e posse de armas de fogo			Total
	Liberação ampla	Proibição Total	Uso civil permitido mas com diferentes níveis de restrições	
Total	10,4%	16,0%	73,6%	100,0%
Amarela	9,6%	19,2%	71,2%	100,0%
Branca	10,6%	15,9%	73,4%	100,0%
Parda	10,4%	15,1%	74,5%	100,0%
Preta	8,7%	20,3%	70,9%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

*Desconsidera Indígenas por não apresentarem casos válidos suficientes na amostra.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 92 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre acesso a armas de fogo, por Religião
Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Religião	Posição sobre porte e posse de armas de fogo			Total
	Liberação ampla	Proibição Total	Uso civil permitido mas com diferentes níveis de restrições	
Total	10,4%	15,9%	73,6%	100,0%
Católica	9,5%	15,6%	74,9%	100,0%
Espírita	9,2%	21,1%	69,8%	100,0%
Evangélica pentecostal	13,8%	9,9%	76,2%	100,0%
Evangélica tradicional	11,9%	8,8%	79,3%	100,0%
Umbanda ou Candomblé	11,5%	18,6%	69,9%	100,0%
Outras religiosidades	11,8%	25,5%	62,7%	100,0%
Sem religião	10,0%	26,1%	63,9%	100,0%
Prefiro não responder	11,6%	11,6%	76,8%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 93 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre acesso a armas de fogo, por Faixa etária Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Faixa etária	Posição sobre porte e posse de armas de fogo			Total
	Liberação ampla	Proibição Total	Uso civil permitido mas com diferentes níveis de restrições	
Total	10,4%	16,0%	73,6%	100,0%
Até 29 anos	9,8%	16,6%	73,6%	100,0%
30 a 39 anos	10,7%	15,7%	73,6%	100,0%
40 a 49 anos	11,1%	15,2%	73,7%	100,0%
50 a 59 anos	9,2%	17,3%	73,5%	100,0%
60 e + anos	2,0%	27,6%	70,4%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 94 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre acesso a armas de fogo, por escolaridade Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Escolaridade	Posição sobre porte e posse de armas de fogo			
	Liberação ampla	Proibição Total	Uso civil permitido mas com diferentes níveis de restrições	Total
Total	10,4%	16,0%	73,6%	100,0%
Ensino fundamental completo	5,6%	30,6%	63,9%	100,0%
Ensino médio incompleto	6,9%	20,7%	72,4%	100,0%
Ensino médio completo	12,1%	12,2%	75,7%	100,0%
Ensino superior incompleto	12,8%	13,8%	73,4%	100,0%
Ensino superior completo	10,1%	16,2%	73,7%	100,0%
Pós-graduação lato sensu (especialização) incompleto ou completo	9,4%	16,8%	73,7%	100,0%
Pós-graduação stricto sensu (mestrado) incompleto ou completo	5,4%	26,4%	68,2%	100,0%
Doutorado incompleto ou completo	5,7%	39,6%	54,7%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 95 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre acesso a armas de fogo, por local de trabalho Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Local de Trabalho	Posição sobre porte e posse de armas de fogo			Total
	Liberação ampla	Proibição Total	Uso civil permitido mas com diferentes níveis de restrições	
Total	10,4%	16,0%	73,6%	100,0%
Capital	8,5%	19,4%	72,1%	100,0%
Região Metropolitana	11,5%	15,3%	73,1%	100,0%
Interior	11,1%	14,4%	74,5%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 96 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre acesso a armas de fogo, por satisfação com a profissão Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Satisfação com a profissão	Posição sobre porte e posse de armas de fogo			
	Liberação ampla	Proibição Total	Uso civil permitido mas com diferentes níveis de restrições	Total
Total	10,4%	16,0%	73,6%	100,0%
Muito insatisfeito (a)	12,8%	20,0%	67,2%	100,0%
Insatisfeito (a)	10,4%	15,4%	74,3%	100,0%
Nem satisfeito (a), nem insatisfeito (a)	9,2%	15,0%	75,8%	100,0%
Satisfeito (a)	9,8%	16,1%	74,1%	100,0%
Muito satisfeito (a)	11,8%	14,1%	74,1%	100,0%
Não sabe/Nunca pensou a respeito	23,2%	16,1%	60,7%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 97 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre acesso a armas de fogo, por faixa salarial Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Faixa salarial ⁽²⁾	Posição sobre porte e posse de armas de fogo			
	Liberação ampla	Proibição Total	Uso civil permitido mas com diferentes níveis de restrições	Total
Total	10,4%	16,0%	73,6%	100,0%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00	14,7%	15,0%	70,2%	100,0%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	11,1%	15,6%	73,4%	100,0%
De R\$ 5.001,00 a R\$ 8.000,00	10,1%	15,5%	74,4%	100,0%
De R\$ 8.001,00 a R\$ 10.000,00	9,2%	14,1%	76,6%	100,0%
De R\$ 10.001,00 a R\$ 15.000,00	9,5%	18,5%	72,0%	100,0%
R\$ 15.001,00 ou mais	7,2%	21,1%	71,7%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

(2) Inclui adicionais e gratificações.

TABELA 98 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre acesso a armas de fogo, por exercício de atividades extras***Brasil, 2021.*Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Atividades Extras	Posição sobre porte e posse de armas de fogo			Total
	Liberação ampla	Proibição Total	Uso civil permitido mas com diferentes níveis de restrições	
Total	10,4%	16,0%	73,6%	100,0%
Sim, atividade relacionada à segurança privada	18,2%	9,0%	72,7%	100,0%
Sim, outra atividade	11,9%	13,2%	74,9%	100,0%
Não	9,1%	17,7%	73,2%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 99 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre acesso a armas de fogo, por condição de vitimização por PAF

Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Condição de Vitimização por PAF (Projétil de Arma de Fogo)	Posição sobre porte e posse de armas de fogo			
	Liberação ampla	Proibição Total	Uso civil permitido mas com diferentes níveis de restrições	Total
Total	10,4%	16,0%	73,6%	100,0%
Sim	17,4%	9,4%	73,2%	100,0%
Não	10,1%	16,2%	73,7%	100,0%
Prefiro não responder	14,3%	16,0%	69,7%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 100 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre acesso a armas de fogo, por condição de vitimização por Violência Física***Brasil, 2021.*

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Condição de Vitimização por Violência Física	Posição sobre porte e posse de armas de fogo			
	Liberação ampla	Proibição Total	Uso civil permitido mas com diferentes níveis de restrições	Total
Total	10,4%	16,0%	73,6%	100,0%
Sim	12,1%	11,2%	76,7%	100,0%
Não	9,1%	19,3%	71,6%	100,0%
Prefiro não responder	16,0%	18,4%	65,6%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 101 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre acesso a armas de fogo, por condição de vitimização por Ameaça de Morte/Violência Física por pessoa condenada e/ou suspeita Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Condição de Vitimização por Ameaça de Morte/Violência Física feita por pessoa condenada e/ou suspeita	Posição sobre porte e posse de armas de fogo			
	Liberação ampla	Proibição Total	Uso civil permitido mas com diferentes níveis de restrições	Total
Total	10,4%	16,0%	73,6%	100,0%
Sim	11,5%	12,6%	75,8%	100,0%
Não	8,6%	20,6%	70,7%	100,0%
Prefiro não responder	17,1%	15,4%	67,5%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 102 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre acesso a armas de fogo, por nível de concordância na utilização de medicamentos como cloroquina, azitromicina, ivermectina para a Prevenção da Covid-19 Brasil, 2021.

Nível de Concordância na utilização de medicamentos como cloroquina, azitromicina, ivermectina para a Prevenção da Covid-19	Posição sobre porte e posse de armas de fogo				Em percentuais válidos ⁽¹⁾
	Liberação ampla	Proibição Total	Uso civil permitido mas com diferentes níveis de restrições	Total	
Total	10,4%	16,0%	73,6%	100,0%	
Concordo totalmente	16,7%	4,8%	78,5%	100,0%	
Concordo em parte	10,4%	7,3%	82,4%	100,0%	
Discordo totalmente	2,2%	46,1%	51,7%	100,0%	
Discordo em parte	5,5%	16,6%	77,9%	100,0%	
Não sei	7,5%	19,4%	73,1%	100,0%	

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 103 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre acesso a armas de fogo, por avaliação de governos do auxílio às atividades das polícias no enfrentamento à pandemia de Covid-19 Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Avaliação de governos do auxílio às atividades das polícias no enfrentamento à pandemia de Covid-19	Posição sobre porte e posse de armas de fogo					
	Liberação ampla		Proibição Total		Uso civil permitido mas com diferentes níveis de restrições	
	Governo Federal	Governos Estaduais/DF	Governo Federal	Governos Estaduais/DF	Governo Federal	Governos Estaduais/DF
Total	10,4%	10,4%	16,0%	16,0%	73,6%	73,6%
Está auxiliando	14,6%	9,8%	4,9%	16,3%	80,4%	73,9%
Não está auxiliando	5,6%	11,2%	30,2%	15,7%	64,2%	73,1%
Não sei	8,7%	9,9%	15,6%	15,4%	75,7%	74,8%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 104 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre acesso a armas de fogo, por condição de vitimização por presenciar a morte de um colega em serviço***Brasil, 2021.*

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Condição de Vitimização por presenciar a morte de um colega	Posição sobre porte e posse de armas de fogo			
	Liberação ampla	Proibição Total	Uso civil permitido mas com diferentes níveis de restrições	Total
Total	10,4%	16,0%	73,6%	100,0%
Sim	11,7%	12,6%	75,7%	100,0%
Não	10,0%	16,7%	73,3%	100,0%
Prefiro não responder	16,5%	15,0%	68,5%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 105 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Policiais e demais profissionais da segurança pública e infecção por Covid-19, por corporação

Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Corporação	Você já foi infectado pelo coronavírus?			
	Sim, testei positivo	Acredito que sim, não fiz teste, mas tive os sintomas	Acredito que não, não fiz teste nem tive sintomas	Acredito que não, testei negativo
Total	29,5%	12,7%	20,8%	37,0%
Corpo de Bombeiros	33,7%	9,0%	18,4%	38,9%
Guarda Municipal	26,5%	16,2%	18,1%	39,1%
Polícia Científica/Perícia	20,8%	12,0%	34,4%	32,8%
Polícia Civil	28,7%	10,6%	24,0%	36,7%
Polícia Federal	24,8%	11,4%	22,9%	41,0%
Polícia Militar	33,3%	15,5%	23,8%	27,5%
Polícia Penal/Agente penitenciário*	25,5%	9,6%	16,8%	48,2%
Polícia Rodoviária Federal	30,4%	4,3%	26,1%	39,1%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

*Exclui Polícia Penal Federal pelo fato de a amostra não ter casos válidos suficientes.

TABELA 106 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Policiais e demais profissionais da segurança pública e infecção por Covid-19, por sexo/gênero***Brasil, 2021.*Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Sexo/Gênero	Você já foi infectado pelo coronavírus?			
	Sim, testei positivo	Acredito que sim, não fiz teste, mas tive os sintomas	Acredito que não, não fiz teste nem tive sintomas	Acredito que não, testei negativo
Total	29,5%	12,7%	20,8%	37,1%
Feminino	26,9%	11,7%	20,6%	40,8%
Masculino	29,9%	12,9%	20,8%	36,4%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 107 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Policiais e demais profissionais da segurança pública e infecção por Covid-19, por região

Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Região	Você já foi infectado pelo coronavírus?				Total
	Sim, testei positivo	Acredito que sim, não fiz teste, mas tive os sintomas	Acredito que não, não fiz teste nem tive sintomas	Acredito que não, testei negativo	
Total	29,5%	12,7%	20,8%	37,1%	100,0%
Centro-Oeste	29,1%	10,2%	20,6%	40,1%	100,0%
Nordeste	33,9%	16,6%	17,7%	31,8%	100,0%
Norte	49,4%	17,2%	10,7%	22,7%	100,0%
Sudeste	24,9%	10,9%	19,8%	44,3%	100,0%
Sul	31,1%	13,9%	26,5%	28,5%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos

TABELA 108 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Policiais e demais profissionais da segurança pública com pessoas próximas vitimadas por Covid-19, por corporação Brasil, 2021.**

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Corporação	Você teve colegas de trabalho próximos, familiares ou amigos que foram vítimas fatais de Covid-19?		
	Sim	Não	Total
Total	83,1%	16,9%	100,0%
Corpo de Bombeiros	85,8%	14,2%	100,0%
Guarda Municipal	84,0%	16,0%	100,0%
Polícia Científica/Perícia	78,0%	22,0%	100,0%
Polícia Civil	81,3%	18,7%	100,0%
Polícia Federal	73,4%	26,6%	100,0%
Polícia Militar	83,3%	16,7%	100,0%
Polícia Penal/Agente penitenciário*	85,6%	14,4%	100,0%
Polícia Rodoviária Federal	73,9%	26,1%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

*Exclui Polícia Penal Federal pelo fato de a amostra não ter casos válidos suficientes.

TABELA 109 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Policiais e demais profissionais da segurança pública com pessoas próximas vitimadas por Covid-19, por sexo/gênero Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Sexo/Gênero	Você teve colegas de trabalho próximos, familiares ou amigos que foram vítimas fatais de Covid-19?		
	Sim	Não	Total
Total	82,0%	18,0%	100,0%
Feminino	80,2%	19,8%	100,0%
Masculino	82,3%	17,7%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 110 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Policiais e demais profissionais da segurança pública com pessoas próximas vitimadas por Covid-19, por região**
Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Região	Você teve colegas de trabalho próximos, familiares ou amigos que foram vítimas fatais de Covid-19?		
	Sim	Não	Total
Total	82,0%	18,0%	100,0%
Centro-Oeste	87,5%	12,5%	100,0%
Nordeste	86,1%	13,9%	100,0%
Norte	94,0%	6,0%	100,0%
Sudeste	84,3%	15,7%	100,0%
Sul	71,2%	28,8%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 111 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Policiais e demais profissionais da segurança pública e medo de contrair Covid-19, por corporação
Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Corporação	Você diria que tem muito medo, um pouco de medo ou não tem medo de ser infectado pelo coronavírus durante o trabalho?			
	Muito medo	Um pouco de medo	Não tem medo	Total
Total	42,5%	42,5%	15,0%	100,0%
Corpo de Bombeiros	42,2%	39,3%	18,5%	100,0%
Guarda Municipal	48,9%	39,1%	12,1%	100,0%
Polícia Científica/Perícia	45,6%	43,2%	11,2%	100,0%
Polícia Civil	50,4%	37,9%	11,7%	100,0%
Polícia Federal	38,1%	47,6%	14,3%	100,0%
Polícia Militar	35,5%	46,1%	18,5%	100,0%
Polícia Penal/Agente penitenciário*	47,3%	40,6%	12,1%	100,0%
Polícia Rodoviária Federal	34,8%	47,8%	17,4%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

*Exclui Polícia Penal Federal pelo fato de a amostra não ter casos válidos suficientes.

TABELA 112 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Policiais e demais profissionais da segurança pública e medo de contrair Covid-19, por sexo/gênero***Brasil, 2021.*

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Sexo/Gênero	Medo de ser infectado pelo coronavírus durante o trabalho			Total
	Muito medo	Um pouco de medo	Não tem medo	
Total	42,5%	42,5%	15,0%	100,0%
Feminino	53,2%	39,3%	7,5%	100,0%
Masculino	40,7%	43,1%	16,3%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 113 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Policiais e demais profissionais da segurança pública e medo de contrair Covid-19, por região

Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Região	Medo de ser infectado pelo coronavírus durante o trabalho			Total
	Muito medo	Um pouco de medo	Não tem medo	
Total	42,5%	42,5%	15,0%	100,0%
Centro-Oeste	43,7%	40,0%	16,3%	100,0%
Nordeste	50,0%	37,3%	12,6%	100,0%
Norte	47,5%	37,3%	15,2%	100,0%
Sudeste	45,8%	41,5%	12,7%	100,0%
Sul	31,3%	48,5%	20,2%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 114 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Policiais e demais profissionais da segurança pública e equipamentos de proteção contra Covid-19 fornecidos pela corporação, por corporação**

Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Corporação	Equipamentos recebidos da Corporação				
	Máscara cirúrgica ou de pano	Máscara N95/PFF2	Álcool em gel	“Kit covid” de medicamentos (cloroquina, ivermectina, azitromicina, etc)	Face shield
Total	83,7%	12,2%	86,4%	2,1%	14,8%
Corpo de Bombeiros	82,0%	36,9%	88,6%	5,0%	20,6%
Guarda Municipal	78,5%	8,2%	83,4%	1,9%	11,4%
Polícia Científica/Perícia	75,2%	57,6%	89,6%	0,8%	49,6%
Polícia Civil	71,1%	10,6%	86,7%	1,0%	18,4%
Polícia Federal	63,8%	7,6%	84,8%	0,0%	12,4%
Polícia Militar	85,1%	9,1%	83,8%	3,0%	13,8%
Polícia Penal/Agente penitenciário*	88,2%	12,3%	89,9%	1,0%	14,0%
Polícia Rodoviária Federal	78,3%	26,1%	95,7%	0,0%	52,2%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

*Exclui Polícia Penal Federal pelo fato de a amostra não ter casos válidos suficientes.

TABELA 115 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Policiais e demais profissionais da segurança pública e equipamentos de proteção contra Covid-19 fornecidos pela corporação, por sexo/gênero

Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Sexo/Gênero	Equipamentos recebidos da Corporação				
	Máscara cirúrgica ou de pano	Máscara N95/PFF2	Álcool em gel	“Kit covid” de medicamentos (cloroquina, ivermectina, azitromicina, etc)	Face shield
Total	83,7%	12,3%	86,4%	2,1%	14,9%
Feminino	82,1%	14,5%	89,6%	2,2%	21,4%
Masculino	84,0%	11,9%	85,8%	2,1%	13,7%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 116 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Policiais e demais profissionais da segurança pública e equipamentos de proteção contra Covid-19 fornecidos pela corporação, por região***Brasil, 2021.*Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Região	Equipamentos recebidos da Corporação				
	Máscara cirúrgica ou de pano	Máscara N95/PFF2	Álcool em gel	“Kit covid” de medicamentos (cloroquina, ivermectina, azitromicina, etc)	Face shield
Total	83,7%	12,3%	86,4%	2,1%	14,9%
Centro-Oeste	78,1%	22,4%	86,2%	4,4%	10,5%
Nordeste	71,1%	7,1%	72,0%	1,5%	13,0%
Norte	76,4%	10,9%	83,3%	7,9%	14,9%
Sudeste	85,1%	12,7%	88,5%	1,2%	12,6%
Sul	90,1%	11,4%	89,6%	2,1%	21,2%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 117 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Policiais e demais profissionais da segurança pública e treinamento sobre Covid-19, por corporação

Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Corporação	Você recebeu treinamento da sua corporação para lidar com o coronavírus?		
	Sim	Não	Total
Total	28,5%	71,5%	100,0%
Corpo de Bombeiros	43,4%	56,6%	100,0%
Guarda Municipal	20,6%	79,4%	100,0%
Polícia Científica/Perícia	24,8%	75,2%	100,0%
Polícia Civil	12,5%	87,5%	100,0%
Polícia Federal	17,1%	82,9%	100,0%
Polícia Militar	30,8%	69,2%	100,0%
Polícia Penal/Agente penitenciário*	29,9%	70,1%	100,0%
Polícia Rodoviária Federal	47,8%	52,2%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

*Exclui Polícia Penal Federal pelo fato de a amostra não ter casos válidos suficientes.

TABELA 118 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Policiais e demais profissionais da segurança pública e treinamento sobre Covid-19, por sexo/gênero**
Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Sexo/Gênero	Você recebeu treinamento da sua corporação para lidar com o coronavírus?		
	Sim	Não	Total
Total	28,4%	71,6%	100,0%
Feminino	27,3%	72,7%	100,0%
Masculino	28,7%	71,3%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 119 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Policiais e demais profissionais da segurança pública e treinamento sobre Covid-19, por região

Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Região	Você recebeu treinamento da sua corporação para lidar com o coronavírus?		
	Sim	Não	Total
Total	28,4%	71,6%	100,0%
Centro-Oeste	33,6%	66,4%	100,0%
Nordeste	17,9%	82,1%	100,0%
Norte	19,4%	80,6%	100,0%
Sudeste	30,4%	69,6%	100,0%
Sul	30,3%	69,7%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 120 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre risco de Covid-19 no trabalho, por corporação Brasil, 2021**

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Corporação	Você considera que suas atividades rotineiras de trabalho te colocam em risco de contrair a Covid-19?			
	Sim	Não	Não sei	Total
Total	93,6%	4,1%	2,3%	100,0%
Corpo de Bombeiros	91,9%	6,6%	1,5%	100,0%
Guarda Municipal	98,2%	1,8%	0,0%	100,0%
Polícia Científica/Perícia	95,2%	,8%	4,0%	100,0%
Polícia Civil	93,7%	3,5%	2,8%	100,0%
Polícia Federal	81,9%	14,3%	3,8%	100,0%
Polícia Militar	93,1%	4,0%	2,9%	100,0%
Polícia Penal/Agente penitenciário*	93,3%	4,5%	2,2%	100,0%
Polícia Rodoviária Federal	95,7%	0,0%	4,3%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

*Exclui Polícia Penal Federal pelo fato de a amostra não ter casos válidos suficientes.

TABELA 121 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre risco de Covid-19 no trabalho, por sexo/gênero Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Sexo/Gênero	Você considera que suas atividades rotineiras de trabalho te colocam em risco de contrair a Covid-19?			
	Sim	Não	Não sei	Total
Total	93,5%	4,1%	2,3%	100,0%
Feminino	92,6%	4,9%	2,5%	100,0%
Masculino	93,8%	3,9%	2,3%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.
 (1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 122 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre risco de Covid-19 no trabalho, por região Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Região	Você considera que suas atividades rotineiras de trabalho te colocam em risco de contrair a Covid-19?			
	Sim	Não	Não sei	Total
Total	93,5%	4,1%	2,3%	100,0%
Centro-Oeste	91,7%	4,9%	3,4%	100,0%
Nordeste	95,2%	2,9%	1,9%	100,0%
Norte	94,8%	3,4%	1,8%	100,0%
Sudeste	94,1%	4,0%	3,1%	100,0%
Sul	92,0%	4,9%	2,3%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 123 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre desconforto em realizar atividades relacionadas à pandemia de Covid-19, por corporação

Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Atividade	O quanto você se sente desconfortável para realizar a atividade	Corporação								Total
		Corpo de Bombeiros	Guarda Municipal	Polícia Científica/Perícia	Polícia Civil	Polícia Federal	Polícia Militar	Polícia Penal/Agente penitenciário*	Polícia Rodoviária Federal	
Pedir para as pessoas colocarem a máscara	Confortável e muito confortável	59,7%	65,4%	52,8%	72,8%	64,8%	58,4%	65,7%	78,3%	62,8%
	Desconfortável e muito desconfortável	33,5%	33,2%	36,8%	24,6%	22,9%	38,7%	27,8%	21,7%	32,8%
	Não se aplica	6,8%	1,4%	10,4%	2,7%	12,4%	3,0%	6,5%	0,0%	4,3%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Dispersar aglomerações	Confortável e muito confortável	37,1%	50,8%	34,4%	51,9%	35,2%	44,7%	46,2%	56,5%	45,8%
	Desconfortável e muito desconfortável	48,4%	46,7%	32,8%	37,4%	30,5%	50,6%	27,0%	30,4%	40,8%
	Não se aplica	14,6%	2,5%	32,8%	10,6%	34,3%	4,7%	26,7%	13,0%	13,4%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Autuar comércios e serviços abertos irregularmente	Confortável e muito confortável	18,7%	31,7%	10,4%	26,2%	21,9%	21,1%	13,6%	34,8%	19,9%
	Desconfortável e muito desconfortável	57,9%	65,2%	24,0%	52,2%	28,6%	70,8%	26,9%	39,1%	52,5%
	Não se aplica	23,4%	3,2%	65,6%	21,6%	49,5%	8,0%	59,5%	26,1%	27,5%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Realizar operações em festas clandestinas	Confortável e muito confortável	39,4%	56,6%	20,0%	46,5%	29,5%	58,4%	22,0%	56,5%	43,5%
	Desconfortável e muito desconfortável	34,6%	40,2%	14,4%	32,6%	21,0%	35,4%	17,3%	26,1%	29,2%
	Não se aplica	26,0%	3,2%	65,6%	20,9%	49,5%	6,2%	60,6%	17,4%	27,2%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

*Exclui Polícia Penal Federal pelo fato de a amostra não ter casos válidos suficientes.

TABELA 124 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre desconforto em realizar atividades relacionadas à pandemia de Covid-19, por sexo/gênero***Brasil, 2021.*

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Atividade	O quanto você se sente desconfortável para realizar a atividade	Sexo/Gênero		
		Feminino	Masculino	Total
Pedir para as pessoas colocarem a máscara	Confortável e muito confortável	65,2%	62,4%	62,8%
	Desconfortável e muito desconfortável	31,6%	33,0%	32,8%
	Não se aplica	3,3%	4,5%	4,4%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%
Dispersar aglomerações	Confortável e muito confortável	46,2%	45,8%	45,9%
	Desconfortável e muito desconfortável	37,2%	41,3%	40,7%
	Não se aplica	16,6%	12,9%	13,4%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%
Autuar comércios e serviços abertos irregularmente	Confortável e muito confortável	17,6%	20,4%	20,0%
	Desconfortável e muito desconfortável	45,7%	53,6%	52,4%
	Não se aplica	36,7%	26,0%	27,6%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%
Realizar operações em festas clandestinas	Confortável e muito confortável	32,8%	45,3%	43,5%
	Desconfortável e muito desconfortável	30,1%	29,1%	29,2%
	Não se aplica	37,0%	25,6%	27,3%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 125 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre desconforto em realizar atividades relacionadas à pandemia de Covid-19, por região Brasil, 2021.

Atividade	O quanto você se sente desconfortável para realizar a atividade	Região					
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Pedir para as pessoas colocarem a máscara	Confortável e muito confortável	60,9%	61,2%	67,5%	65,4%	58,0%	62,8%
	Desconfortável e muito desconfortável	34,2%	35,2%	28,4%	29,7%	38,5%	32,8%
	Não se aplica	4,9%	3,6%	4,1%	5,0%	3,5%	4,4%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Dispersar aglomerações	Confortável e muito confortável	44,0%	40,9%	49,7%	47,4%	44,6%	45,9%
	Desconfortável e muito desconfortável	44,8%	50,8%	42,4%	33,1%	49,2%	40,7%
	Não se aplica	11,3%	8,3%	7,9%	19,5%	6,2%	13,4%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Autuar comércios e serviços abertos irregularmente	Confortável e muito confortável	20,8%	22,2%	27,6%	17,0%	22,4%	20,0%
	Desconfortável e muito desconfortável	57,8%	64,7%	56,1%	40,7%	67,0%	52,5%
	Não se aplica	21,3%	13,0%	16,3%	42,3%	10,5%	27,6%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Realizar operações em festas clandestinas	Confortável e muito confortável	45,0%	57,7%	53,2%	32,8%	54,7%	43,5%
	Desconfortável e muito desconfortável	34,5%	30,3%	30,3%	24,4%	36,2%	29,2%
	Não se aplica	20,4%	12,1%	16,5%	42,8%	9,2%	27,3%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 126 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre medidas de prevenção de contágio por Covid-19, por corporação

Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Medida	Opinião	Corporação								Total
		Corpo de Bombeiros	Guarda Municipal	Polícia Científica/Perícia	Polícia Civil	Polícia Federal	Polícia Militar	Polícia Penal/Agente penitenciário*	Polícia Rodoviária Federal	
Fechamento de escolas	A favor	43,0%	61,6%	57,6%	55,0%	37,1%	35,3%	51,8%	60,9%	45,8%
	Contra	43,9%	27,4%	33,6%	36,7%	55,2%	55,2%	41,4%	26,1%	45,4%
	Indiferente	7,3%	6,7%	4,0%	3,7%	1,0%	5,1%	4,0%	4,3%	4,8%
	Não sabe	5,8%	4,3%	4,8%	4,6%	6,7%	4,4%	2,8%	8,7%	4,0%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Diminuição do horário de funcionamento de comércios e serviços em geral	A favor	34,1%	46,1%	59,2%	55,2%	55,2%	31,9%	33,7%	52,2%	36,6%
	Contra	57,1%	44,2%	36,8%	40,1%	41,0%	62,6%	62,1%	47,8%	57,9%
	Indiferente	5,5%	7,3%	2,4%	2,9%	2,9%	3,9%	3,1%	0,0%	3,9%
	Não sabe	3,3%	2,3%	1,6%	1,8%	1,0%	1,6%	1,0%	0,0%	1,6%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Fechamento de lojas, bares e restaurantes	A favor	26,6%	36,8%	58,4%	44,6%	42,9%	22,4%	31,8%	56,5%	29,7%
	Contra	59,6%	50,1%	36,8%	47,0%	49,5%	66,7%	61,0%	34,8%	60,5%
	Indiferente	10,0%	10,0%	1,6%	5,0%	4,8%	7,5%	4,7%	4,3%	6,7%
	Não sabe	3,8%	3,0%	3,2%	3,4%	2,9%	3,4%	2,5%	4,3%	3,1%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Fechamento de igrejas e templos religiosos	A favor	33,8%	41,2%	68,0%	50,8%	60,0%	26,6%	36,6%	73,9%	34,7%
	Contra	53,9%	46,1%	28,0%	41,2%	30,5%	64,2%	56,9%	21,7%	56,6%
	Indiferente	9,3%	10,9%	2,4%	5,6%	7,6%	6,6%	4,7%	4,3%	6,4%
	Não sabe	3,0%	1,8%	1,6%	2,4%	1,9%	2,6%	1,7%	0,0%	2,2%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Fechamento de parques	A favor	29,3%	47,4%	45,6%	44,0%	31,4%	32,4%	37,0%	30,4%	36,4%
	Contra	60,3%	42,0%	45,6%	47,7%	66,7%	58,6%	57,5%	56,5%	55,7%
	Indiferente	7,3%	8,4%	5,6%	5,6%	1,9%	6,8%	4,5%	13,0%	6,1%
	Não sabe	3,1%	2,3%	3,2%	2,7%	0,0%	2,2%	1,0%	0,0%	1,9%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Fechamento de praias	A favor	34,2%	46,6%	52,8%	47,9%	37,1%	34,0%	43,9%	47,8%	40,0%
	Contra	55,0%	40,6%	38,4%	42,5%	60,0%	56,4%	49,5%	39,1%	51,1%
	Indiferente	8,1%	10,4%	5,6%	6,3%	1,9%	7,3%	5,0%	8,7%	6,7%
	Não sabe	2,6%	2,4%	3,2%	3,3%	1,0%	2,4%	1,5%	4,3%	2,2%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Fechamento de academias	A favor	28,1%	43,1%	60,0%	48,5%	46,7%	26,5%	39,3%	47,8%	35,0%
	Contra	60,9%	43,9%	35,2%	42,2%	47,6%	62,3%	53,0%	43,5%	55,1%
	Indiferente	8,1%	11,6%	3,2%	6,8%	4,8%	8,9%	6,1%	8,7%	7,9%
	Não sabe	3,0%	1,4%	1,6%	2,6%	1,0%	2,3%	1,6%	0,0%	2,0%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Paralisação dos jogos de futebol	A favor	46,2%	55,1%	66,4%	60,1%	63,8%	45,2%	50,6%	60,9%	49,7%
	Contra	38,1%	28,3%	20,8%	28,1%	21,0%	39,9%	37,8%	30,4%	36,6%
	Indiferente	13,1%	15,3%	9,6%	9,3%	14,3%	12,4%	10,8%	4,3%	11,9%
	Não sabe	2,6%	1,4%	3,2%	2,6%	1,0%	2,5%	0,8%	4,3%	1,8%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

*Exclui Polícia Penal Federal pelo fato de a amostra não ter casos válidos suficientes.

TABELA 127 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre medidas de prevenção de contágio por Covid-19, por sexo/gênero
Brasil, 2021.Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Medida	Opinião	Sexo/Gênero		
		Feminino	Masculino	Total
Fechamento de escolas	A favor	54,3%	44,3%	45,8%
	Contra	38,9%	46,5%	45,4%
	Indiferente	4,2%	5,0%	4,9%
	Não sabe	2,6%	4,2%	4,0%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%
Diminuição do horário de funcionamento de comércios e serviços em geral	A favor	47,7%	34,8%	36,7%
	Contra	48,1%	59,5%	57,8%
	Indiferente	3,1%	4,1%	4,0%
	Não sabe	1,0%	1,7%	1,6%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%
Fechamento de lojas, bares e restaurantes	A favor	44,5%	27,2%	29,8%
	Contra	48,1%	62,6%	60,4%
	Indiferente	5,4%	6,9%	6,7%
	Não sabe	2,0%	3,3%	3,1%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%
Fechamento de igrejas e templos religiosos	A favor	52,2%	31,7%	34,8%
	Contra	39,8%	59,5%	56,6%
	Indiferente	6,1%	6,5%	6,5%
	Não sabe	1,8%	2,3%	2,2%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%
Fechamento de parques	A favor	47,5%	34,5%	36,4%
	Contra	45,2%	57,4%	55,6%
	Indiferente	5,8%	6,1%	6,1%
	Não sabe	1,5%	1,9%	1,9%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%
Fechamento de praias	A favor	51,7%	38,0%	40,0%
	Contra	39,1%	53,1%	51,0%
	Indiferente	7,7%	6,6%	6,8%
	Não sabe	1,6%	2,3%	2,2%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%
Fechamento de academias	A favor	46,8%	33,0%	35,0%
	Contra	43,3%	57,1%	55,0%
	Indiferente	8,2%	7,9%	8,0%
	Não sabe	1,7%	2,1%	2,0%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%
Paralisação dos jogos de futebol	A favor	69,6%	46,3%	49,8%
	Contra	18,7%	39,6%	36,5%
	Indiferente	10,3%	12,2%	11,9%
	Não sabe	1,4%	1,9%	1,8%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 128 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre medidas de prevenção de contágio por Covid-19, por região

Brasil, 2021.

Medida	Opinião	Região					
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Fechamento de escolas	A favor	41,9%	51,0%	54,5%	50,5%	33,3%	45,8%
	Contra	46,2%	38,0%	36,9%	41,5%	57,9%	45,4%
	Indiferente	5,6%	5,4%	6,2%	4,6%	4,6%	4,9%
	Não sabe	6,3%	5,6%	2,4%	3,4%	4,2%	4,0%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Diminuição do horário de funcionamento de comércios e serviços em geral	A favor	41,1%	49,4%	52,1%	35,7%	27,8%	36,7%
	Contra	52,3%	42,5%	44,3%	59,3%	66,6%	57,8%
	Indiferente	4,1%	4,9%	2,5%	3,8%	4,1%	3,9%
	Não sabe	2,5%	3,2%	1,1%	1,2%	1,5%	1,6%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Fechamento de lojas, bares e restaurantes	A favor	27,7%	36,2%	38,7%	32,0%	20,9%	29,7%
	Contra	59,1%	49,3%	47,8%	60,2%	69,5%	60,5%
	Indiferente	8,4%	9,6%	11,2%	5,3%	6,4%	6,7%
	Não sabe	4,8%	4,9%	2,3%	2,5%	3,2%	3,1%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Fechamento de igrejas e templos religiosos	A favor	33,2%	32,6%	41,0%	37,1%	30,1%	34,7%
	Contra	58,5%	56,8%	49,8%	55,6%	59,7%	56,6%
	Indiferente	5,4%	6,7%	7,9%	5,6%	7,9%	6,5%
	Não sabe	2,8%	4,0%	1,3%	1,8%	2,3%	2,2%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Fechamento de parques	A favor	25,6%	41,9%	43,8%	37,7%	32,5%	36,4%
	Contra	64,7%	45,8%	45,6%	56,3%	58,9%	55,6%
	Indiferente	6,6%	8,8%	8,8%	4,7%	6,6%	6,1%
	Não sabe	3,1%	3,6%	1,8%	1,3%	1,9%	1,9%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Fechamento de praias	A favor	34,0%	37,5%	50,5%	42,6%	35,2%	40,0%
	Contra	55,0%	49,3%	39,5%	49,9%	55,8%	51,0%
	Indiferente	7,1%	9,4%	8,3%	5,8%	7,0%	6,8%
	Não sabe	3,9%	3,8%	1,7%	1,7%	2,0%	2,2%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Fechamento de academias	A favor	33,8%	35,2%	40,2%	39,1%	26,2%	35,0%
	Contra	54,9%	50,7%	48,3%	52,7%	63,1%	55,0%
	Indiferente	8,0%	10,5%	9,9%	6,7%	8,7%	7,9%
	Não sabe	3,4%	3,6%	1,5%	1,5%	2,0%	2,0%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Paralisação dos jogos de futebol	A favor	47,7%	46,7%	50,7%	51,7%	47,9%	49,8%
	Contra	38,2%	36,6%	33,9%	35,7%	38,1%	36,5%
	Indiferente	11,5%	13,6%	13,4%	11,5%	11,7%	11,9%
	Não sabe	2,6%	3,1%	2,0%	1,1%	2,4%	1,8%
	Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 129 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre adequação de medidas de prevenção de contágio por Covid-19, por corporação

Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Corporação	A medida é adequada para prevenir a Covid-19								
	Distanciamento social e evitar aglomeração			Uso de máscaras			Utilização de medicamentos como cloroquina, azitromicina, ivermectina		
	Concordo (totalmente ou em parte)	Discordo (totalmente ou em parte)	Não sei	Concordo (totalmente ou em parte)	Discordo (totalmente ou em parte)	Não sei	Concordo (totalmente ou em parte)	Discordo (totalmente ou em parte)	Não sei
Total	93,5%	6,1%	0,4%	93,6%	5,9%	0,4%	62,8%	25,3%	11,9%
Corpo de Bombeiros	90,9%	7,8%	1,3%	90,9%	7,9%	1,2%	66,0%	23,8%	10,1%
Guarda Municipal	94,8%	5,2%	0,0%	97,1%	2,9%	0,0%	57,0%	30,0%	13,1%
Polícia Científica/Perícia	95,2%	4,8%	0,0%	97,6%	2,4%	0,0%	29,6%	61,6%	8,8%
Polícia Civil	96,3%	3,3%	0,4%	96,2%	3,5%	0,3%	43,3%	44,7%	11,9%
Polícia Federal	95,2%	3,8%	1,0%	96,2%	3,8%	0,0%	32,4%	55,2%	12,4%
Polícia Militar	92,2%	7,3%	0,6%	91,5%	8,0%	0,5%	71,6%	16,2%	12,2%
Polícia Penal/Agente penitenciário*	94,3%	5,6%	0,1%	94,8%	4,8%	0,4%	60,5%	27,8%	11,7%
Polícia Rodoviária Federal	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	30,4%	69,6%	0,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

*Exclui Polícia Penal Federal pelo fato de a amostra não ter casos válidos suficientes.

TABELA 130 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre adequação de medidas de prevenção de contágio por Covid-19, por sexo/gênero
Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Sexo/Gênero	A medida é adequada para prevenir a Covid-19								
	Distanciamento social e evitar aglomeração			Uso de máscaras			Utilização de medicamentos como cloroquina, azitromicina, ivermectina		
	Concordo (totalmente ou em parte)	Discordo (totalmente ou em parte)	Não sei	Concordo (totalmente ou em parte)	Discordo (totalmente ou em parte)	Não sei	Concordo (totalmente ou em parte)	Discordo (totalmente ou em parte)	Não sei
Total	93,5%	6,1%	0,4%	93,7%	5,9%	0,4%	62,8%	25,3%	11,9%
Feminino	97,0%	2,8%	0,2%	95,6%	4,3%	0,0%	49,6%	38,3%	12,1%
Masculino	92,9%	6,6%	0,4%	93,3%	6,2%	0,5%	65,1%	23,1%	11,9%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 131 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Opinião dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre adequação de medidas de prevenção de contágio por Covid-19, por região
Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Região	A medida é adequada para prevenir a Covid-19								
	Distanciamento social e evitar aglomeração			Uso de máscaras			Utilização de medicamentos como cloroquina, azitromicina, ivermectina		
	Concordo (totalmente ou em parte)	Discordo (totalmente ou em parte)	Não sei	Concordo (totalmente ou em parte)	Discordo (totalmente ou em parte)	Não sei	Concordo (totalmente ou em parte)	Discordo (totalmente ou em parte)	Não sei
Total	93,5%	6,1%	0,4%	93,7%	5,9%	0,4%	62,8%	25,3%	11,9%
Centro-Oeste	91,6%	7,0%	1,4%	93,3%	5,7%	1,0%	64,0%	27,3%	8,7%
Nordeste	94,7%	4,4%	0,9%	96,2%	3,2%	0,6%	64,1%	24,6%	11,3%
Norte	92,4%	7,4%	0,1%	92,8%	7,0%	0,3%	68,2%	25,0%	6,8%
Sudeste	94,2%	5,6%	0,2%	94,6%	5,1%	0,3%	59,8%	28,1%	12,2%
Sul	92,4%	7,1%	0,4%	91,0%	8,5%	0,4%	66,2%	19,9%	13,9%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 132 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Avaliação dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre auxílio do Governo Federal às polícias na pandemia, por corporação***Brasil, 2021.*

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Corporação	Avaliação do auxílio do Governo Federal às atividades das polícias no enfrentamento à pandemia de Covid-19		
	Está auxiliando	Não está auxiliando	Não sei
Total	49,7%	38,9%	11,4%
Corpo de Bombeiros	63,4%	25,1%	11,5%
Guarda Municipal	37,9%	52,4%	9,7%
Polícia Científica/Perícia	24,0%	64,0%	12,0%
Polícia Civil	31,8%	58,9%	9,3%
Polícia Federal	25,7%	62,9%	11,4%
Polícia Militar	57,4%	29,0%	13,6%
Polícia Penal/Agente penitenciário*	48,0%	42,3%	9,8%
Polícia Rodoviária Federal	34,8%	65,2%	0,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

*Exclui Polícia Penal Federal pelo fato de a amostra não ter casos válidos suficientes.

TABELA 133 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)
Avaliação dos Policiais e demais profissionais da segurança pública
sobre auxílio do Governo Federal às polícias na pandemia, por sexo/gênero
Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Sexo/Gênero	Avaliação do auxílio do Governo Federal às atividades das polícias no enfrentamento à pandemia de Covid-19		
	Está auxiliando	Não está auxiliando	Não sei
Total	49,7%	38,9%	11,4%
Feminino	35,4%	52,0%	12,6%
Masculino	52,2%	36,6%	11,2%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 134 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)
Avaliação dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre auxílio do Governo Federal às polícias na pandemia, por região
Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Região	Avaliação do auxílio do Governo Federal às atividades das polícias no enfrentamento à pandemia de Covid-19		
	Está auxiliando	Não está auxiliando	Não sei
Total	49,7%	38,9%	11,4%
Centro-Oeste	54,1%	35,3%	10,6%
Nordeste	49,9%	35,5%	14,7%
Norte	54,7%	36,5%	8,8%
Sudeste	46,8%	43,6%	9,6%
Sul	52,8%	32,9%	14,3%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 135 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)
Avaliação dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre auxílio do Governo Estadual às polícias na pandemia, por corporação
Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Corporação	Avaliação do auxílio do Governo Estadual às atividades das polícias no enfrentamento à pandemia de Covid-19		
	Está auxiliando	Não está auxiliando	Não sei
Total	43,2%	46,7%	10,1%
Corpo de Bombeiros	59,1%	29,9%	11,0%
Guarda Municipal	38,6%	51,5%	9,9%
Polícia Científica/Perícia	52,8%	41,6%	5,6%
Polícia Civil	41,3%	50,7%	8,0%
Polícia Federal	37,1%	45,7%	17,1%
Polícia Militar	42,4%	45,8%	11,8%
Polícia Penal/Agente penitenciário*	43,4%	48,4%	8,3%
Polícia Rodoviária Federal	30,4%	52,2%	17,4%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

*Exclui Polícia Penal Federal pelo fato de a amostra não ter casos válidos suficientes.

TABELA 136 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Avaliação dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre auxílio do Governo Estadual às polícias na pandemia, por sexo/gênero***Brasil, 2021.*Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Sexo/Gênero	Avaliação do auxílio do Governo Estadual às atividades das polícias no enfrentamento à pandemia de Covid-19		
	Está auxiliando	Não está auxiliando	Não sei
Total	43,3%	46,7%	10,1%
Feminino	45,2%	44,6%	10,2%
Masculino	42,9%	47,0%	10,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 137 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)
Avaliação dos Policiais e demais profissionais da segurança pública sobre auxílio do Governo Estadual às polícias na pandemia, por região
Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Região	Avaliação do auxílio do Governo Estadual às atividades das polícias no enfrentamento à pandemia de Covid-19		
	Está auxiliando	Não está auxiliando	Não sei
Total	43,2%	46,7%	10,1%
Centro-Oeste	49,3%	38,4%	12,3%
Nordeste	45,7%	42,4%	12,0%
Norte	54,9%	37,5%	7,5%
Sudeste	42,3%	48,9%	8,8%
Sul	39,4%	49,0%	11,6%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 138 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Vacinação contra Covid-19 de Policiais e demais profissionais da segurança pública, por corporação Brasil, 2021.**

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Corporação	Condição de vacinação		
	Sim, recebi apenas a primeira dose	Sim, recebi as duas doses	Não
Total	37,4%	34,2%	28,4%
Corpo de Bombeiros	35,9%	40,4%	23,7%
Guarda Municipal	67,1%	12,9%	20,0%
Polícia Científica/Perícia	54,4%	28,8%	16,8%
Polícia Civil	52,7%	15,4%	31,9%
Polícia Federal	57,1%	5,7%	37,1%
Polícia Militar	48,7%	7,2%	44,1%
Polícia Penal/Agente penitenciário*	9,4%	79,5%	11,1%
Polícia Rodoviária Federal	56,5%	4,3%	39,1%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

*Exclui Polícia Penal Federal pelo fato de a amostra não ter casos válidos suficientes.

TABELA 139 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)
Vacinação contra Covid-19 de Policiais e demais profissionais da segurança pública, por sexo/gênero
Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Sexo/Gênero	Condição de vacinação		
	Sim, recebi apenas a primeira dose	Sim, recebi as duas doses	Não
Total	37,4%	34,3%	28,3%
Feminino	39,4%	33,7%	26,9%
Masculino	37,1%	34,4%	28,6%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 140 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)
Vacinação contra Covid-19 de Policiais e demais profissionais da segurança pública,
por região
Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Região	Condição de vacinação		
	Sim, recebi apenas a primeira dose	Sim, recebi as duas doses	Não
Total	37,4%	34,2%	28,4%
Centro-Oeste	51,1%	26,9%	22,0%
Nordeste	21,7%	11,2%	67,1%
Norte	32,5%	23,0%	44,5%
Sudeste	30,3%	56,2%	13,5%
Sul	55,3%	7,7%	37,1%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 141 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)
Intenção de Policiais e demais profissionais da segurança pública
de ser vacinado contra Covid-19, por corporação
Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Corporação	Intenção de ser vacinado, caso ainda não tenha sido	
	Sim	Não
Total	83,5%	16,5%
Corpo de Bombeiros	71,5%	28,5%
Guarda Municipal	86,4%	13,6%
Polícia Científica/Perícia	81,0%	19,0%
Polícia Civil	91,0%	9,0%
Polícia Federal	92,3%	7,7%
Polícia Militar	82,5%	17,5%
Polícia Penal/Agente penitenciário*	84,3%	15,7%
Polícia Rodoviária Federal	88,9%	11,1%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

*Exclui Polícia Penal Federal pelo fato de a amostra não ter casos válidos suficientes.

TABELA 142 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)
Intenção de Policiais e demais profissionais da segurança pública
de ser vacinado contra Covid-19, por sexo/gênero

Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Sexo/Gênero	Intenção de ser vacinado, caso ainda não tenha sido	
	Sim	Não
Total	83,7%	16,3%
Feminino	85,4%	14,6%
Masculino	83,4%	16,6%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 143 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)
Intenção de Policiais e demais profissionais da segurança pública
de ser vacinado contra Covid-19, por região

Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Região	Intenção de ser vacinado, caso ainda não tenha sido	
	Sim	Não
Total	83,5%	16,5%
Centro-Oeste	74,7%	25,3%
Nordeste	90,5%	9,5%
Norte	82,3%	17,7%
Sudeste	81,9%	18,1%
Sul	80,9%	19,1%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 144 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Policiais e demais profissionais da segurança pública e impacto da pandemia de Covid-19 sobre a renda advinda de outras atividades, por corporação***Brasil, 2021.*Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Corporação	Impacto da pandemia na renda advinda do exercício de outras atividades			
	Positivo	Negativo	Não Houve	Total
Total	12,2%	66,7%	21,1%	100,0%
Corpo de Bombeiros	14,8%	66,4%	18,9%	100,0%
Guarda Municipal	14,3%	64,9%	20,8%	100,0%
Polícia Científica/Perícia	2,7%	62,2%	35,1%	100,0%
Polícia Civil	8,2%	65,9%	25,9%	100,0%
Polícia Federal	14,3%	71,4%	14,3%	100,0%
Polícia Militar	12,4%	65,2%	22,4%	100,0%
Polícia Penal/Agente penitenciário*	11,4%	70,7%	17,9%	100,0%
Polícia Rodoviária Federal	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

*Exclui Polícia Penal Federal pelo fato de a amostra não ter casos válidos suficientes.

TABELA 145 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Policiais e demais profissionais da segurança pública e impacto da pandemia de Covid-19 sobre a renda advinda de outras atividades, por sexo/gênero

Brasil, 2021.

Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Sexo/Gênero	Impacto da pandemia na renda advinda do exercício de outras atividades			
	Positivo	Negativo	Não Houve	Total
Total	12,2%	66,6%	21,2%	100,0%
Feminino	10,7%	61,7%	27,6%	100,0%
Masculino	12,4%	67,1%	20,5%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

TABELA 146 do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)**Policiais e demais profissionais da segurança pública e impacto da pandemia de Covid-19 sobre a renda advinda de outras atividades, por região***Brasil, 2021.*Em percentuais válidos ⁽¹⁾

Região	Impacto da pandemia na renda advinda do exercício de outras atividades			
	Positivo	Negativo	Não houve	Total
Total	12,2%	66,6%	21,2%	100,0%
Centro-Oeste	10,9%	62,9%	26,2%	100,0%
Nordeste	15,4%	68,1%	16,6%	100,0%
Norte	19,8%	52,3%	27,9%	100,0%
Sudeste	11,9%	68,4%	19,7%	100,0%
Sul	10,0%	67,4%	22,5%	100,0%

Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

(1) Percentuais válidos ponderados pelos efetivos das instituições. O Universo considerado foi de 6.656 questionários completos.

ESCU TA DOS
PROFISSIONAIS
DE SEGURANÇ A
PÚBLICA
NO BRASIL

2021



ESCUA DOS
PROFISSIONAIS
DE SEGURANÇA
PÚBLICA
NO BRASIL

2021



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA